

PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO DE ALBUFEIRA





Ficha técnica do documento

Título:	Programa Municipal de Execução de Albufeira 2025
Descrição:	O Programa Municipal de Execução (PME) do Município de Albufeira é um documento formal que define em detalhe as iniciativas a executar no território do concelho de Albufeira, concretizando os objetivos propostos no Programa Regional de Ação (PRA) em ações efetivas.
Autoria:	Gabinete Técnico Florestal / Serviço Municipal de Proteção Civil de Albufeira
Coautoria	Serviços Municipais envolvidos e Entidades responsáveis por cada ficha de projeto.
Versão:	Versão 1
Envio para a CRGIFR:	04/12/2024
Parecer da CRGIFR:	16/12/2024
Aprovação pela CMGIFR:	19/12/2024
Nome do ficheiro digital:	PME_Albufeira_2025



ÍNDICE

I – Tramitação	4
I.1 – parecer	4
I.2 - Aprovação	4
I.3 - Revisão.....	4
I.4 – Prazos de Revisão.....	5
II – Ficha Técnica	6
III – Sumário	7
III.1 – Adequação dos Projetos	9
III.2 – Metas e Orçamento	11
III.3 – Cronograma de Execução	13
IV – Projetos de Implementação Municipal	14
IV.1 – Valorizar os Espaços Rurais	14
IV.2 – Cuidar dos Espaços Rurais.....	21
IV.3 – Modificar Comportamentos	50
IV.4 – Gerir O Risco Eficientemente.....	66
V – Anexos	75
V.1 – Matriz de Avaliação de Risco	75
V.2 – Cartografia de detalhe.....	76
V.3 – Glossário.....	78

I – TRAMITAÇÃO

I.1 – PARECER

O Programa Municipal de Execução de Albufeira, foi remetido para parecer da Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Algarve, em 04/12/2024, nos termos do disposto no número 4 do art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, tendo recebido parecer favorável em 16/12/2024.

I.2 - APROVAÇÃO

O Programa Municipal de Execução de Albufeira foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º, conjugada com o do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na atual redação e o do n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022, no dia 19/12/2024.

I.3 - REVISÃO

A revisão do Programa Municipal de Execução de Albufeira terá uma periodicidade anual e consiste na reponderação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores. Neste processo de revisão podem ser removidas iniciativas cuja concretização tenha sido alcançada, cujo âmbito se tenha esgotado ou facto superveniente as torne redundantes ou ineficazes. No processo de revisão podem ser adicionados projetos e iniciativas que resultem de propostas dos programas de nível inferior, em função da sua fundamentação, ou de novas necessidades identificadas. Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no PNGIFR. Nos termos do disposto no art.º 9.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

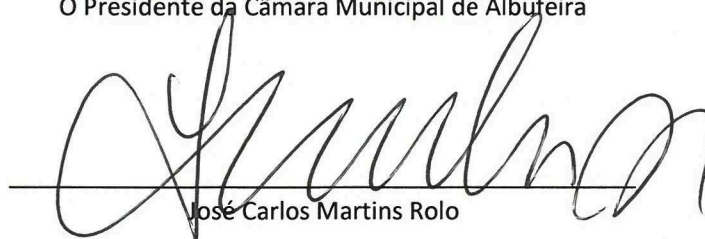


I.4 – PRAZOS DE REVISÃO

A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais realizará o levantamento de necessidades anualmente e definirá prioridades para o ano seguinte, que remeterá para parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

O Presidente da Câmara Municipal de Albufeira



José Carlos Martins Rolo

II – FICHA TÉCNICA

O PME de Albufeira foi elaborado por um conjunto de entidades com assento na comissão, conforme o estipulado no nº 3 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro de 2021, na sua atual redação, e em cumprimento do anexo 2 do Despacho nº 9550/2022.

Entidade	Cargo	Representante
Câmara Municipal de Albufeira	Presidente	José Carlos Rolo
	Vereadora com Pelouro da Proteção Civil	Cláudia Guedelha
	Coordenadora Municipal de Proteção Civil	Leonor Teixeira
	Comandante da Polícia Municipal	José Nascimento
Representantes das Freguesias	Presidente da Freguesia das Ferreiras	Jorge Carmo
	Presidente da Freguesia de Paderne	João Ruaça
Bombeiros Voluntários de Albufeira	Comandante em Suplência	Rui Fernandes
Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Albufeira	Presidente	João Arez
Instituto da Conservação da Natureza e Florestas	Diretor Regional	António Castelo Rodrigues
Destacamento Territorial da GNR de Albufeira	Comandante	Major Pedro Pereira
Instituto de Mobilidade e Transportes, IP	Diretora	M.ª Manuela Nascimento
Infraestruturas de Portugal, S.A.	Gestor Regional	Luís Pinelo
Autoestrada do Algarve - AAVI, S.A.	Diretor	Fernando Martins
BRISA, S.A.	Representante	Edgar Carapinha
Rotas do Algarve Litoral, SA	Representante	Nuno Costa
E-Redes, S.A.	Representante	José Afonso
REN, S.A.	Representante	Pedro Marques
Entidades Observadoras		
Freguesia de Albufeira e Olhos de Água	Presidente	Idalécia Cabrita
Freguesia da Guia	Presidente	Dinis Nascimento
AMAL	Técnico GTF	Pedro Chaves

Tabela 1: Entidades com assento na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais

III – SUMÁRIO

O Programa Nacional de Ação (PNA), é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Regional de Ação (PRA), transporta para a região os projetos inscritos no PNA, em função da sua aplicabilidade, integrando no caso do Algarve também a programação do nível sub-regional, por sua vez, o Programa Sub-Regional de Ação (PSA) declina os grandes objetivos à escala da sub-região. Este converte os objetivos nacionais em linhas de trabalho orientadoras para os Programas Municipais de Execução (PME) e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

Assim, o Programa Municipal de Execução define em detalhe as iniciativas a executar no território de cada concelho, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas.

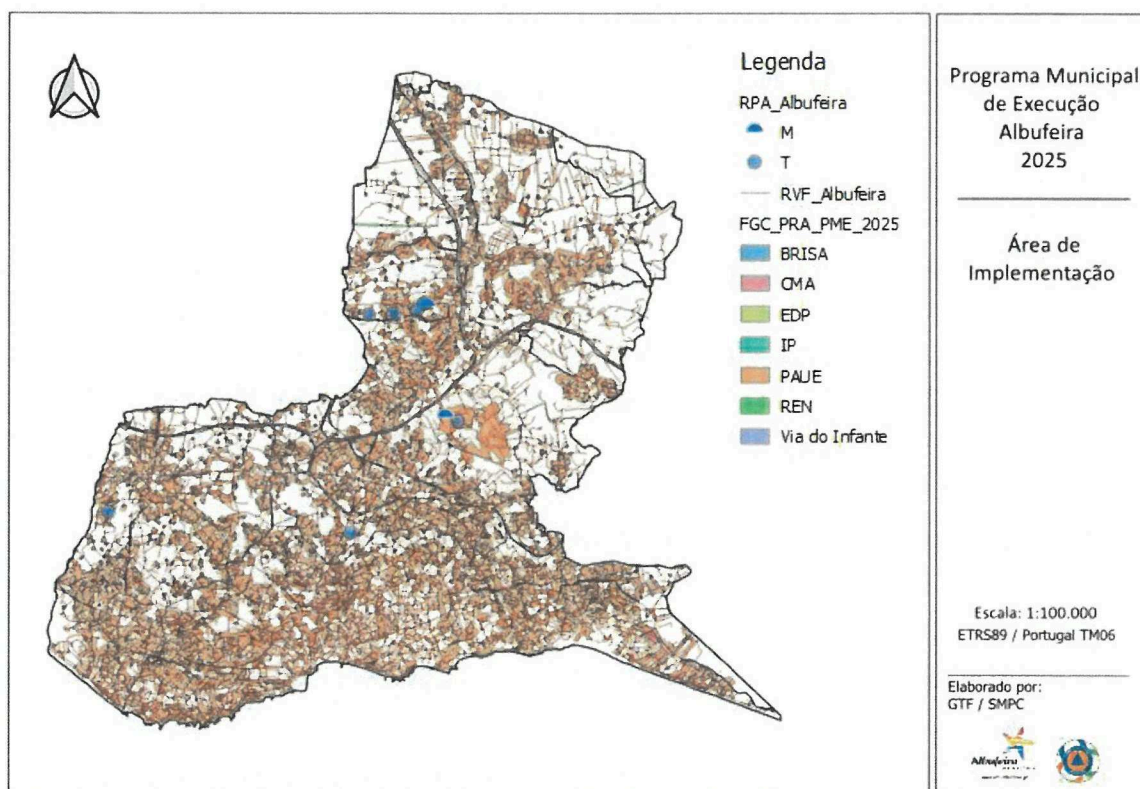
A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Albufeira foi constituída em 14 de janeiro de 2022.

O Programa Municipal de Execução de Albufeira conta com 21 projetos, todos eles transpostos do PRA/PSA Algarve, caracterizando as ações detalhadas a executar.

No âmbito da elaboração do PME, foram definidos 5 projetos-chave, entendendo-se por projetos chave aqueles que, por adaptação municipal aos objetivos regionais e sub-regionais, se relevam mais transformadores e mais rapidamente permitirão atingir o desígnio de “Proteger Portugal dos Incêndios Rurais Graves”, sendo priorizados em situação de restrição de recursos ou financiamento para execução.

A figura 1 apresenta a extensão do município, definindo as áreas de implementação dos projetos, não obstante a cartografia individual figurar na cartografia de detalhe referente à ficha de projeto respetiva.

Figura 1: Área de implementação das Fichas de Projeto 2.2.1.5 – Rede Secundaria 2025 e PT15 2.3.1.7 - RVF e RPA





III.1 – ADEQUAÇÃO DOS PROJETOS

A tabela 2 resume a transposição das fichas de projeto regionais à escala municipal para o ano de 2025, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave a nível regional e o nível de intervenção previsto para cada projeto. O Programa Nacional de Ação não está indicado, na medida em que todos os projetos têm reflexo no PRA.

	Projeto	PSA	PME
	1.1.2.2 Cadastro	E	
	1.1.3.2 Emparcelamento	E	
	1.2.1.1 Gestão Agregada	E	
	1.2.1.2 PRGP	R	
	1.2.2.1 Multifundos	R	
	1.2.2.2 Certificação	E	
	1.2.2.4 Economia Rural	R	R
	1.2.2.5 Multifuncionalidade	R	
	1.2.3.2 Remuneração de Proprietários	R	
	2.1.1.1 AIGP	E	
	2.1.1.2 Serviços de Ecossistemas	E	
	2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo	E	E
	2.1.1.4 Transposição PROF	M	R
	2.2.1.1 Reporte de Gestão de Combustível	R	R
	2.2.1.2 Rede Primária	E	
	2.2.1.3 Rede Secundária	E	E
	2.2.1.4 Mosaicos Estratégicos	E	R
	2.2.1.5 Áreas de Elevado Valor	E	E
	2.2.1.6 Galerias Ribeirinhas	E	E
	2.2.1.7 Pastoreio Extensivo	E	
	2.2.1.9 Uso do Fogo	E	E
	2.2.2.1 Compostagem	E	E
	2.2.2.2 Biomassa	E	
	2.3.1.1 Defesa pelos Privados	E	E
	2.3.1.2 Condomínios de Aldeia	E	
	2.3.1.4 Aldeia Segura Pessoas Seguras	E	
	PT15 2.3.1.7 RVF e RPA	E	R E



	3.1.1.2 Queimas e Queimadas	 	 
	3.1.1.3 MARQ		
	3.1.2.1 Vigilância	 	 
	3.1.2.2 Forças Armadas		
	3.1.2.3 RVDI	 	
	3.1.3.3 Investigação e causas		
	3.2.1.1 Comunicação Integrada		
	3.2.1.2 Comunicação de Proximidade		
	3.2.1.3 Comunicação em Emergência		
	3.2.1.4 Formação de OCS		
	3.2.2.1 Práticas Pedagógicas	 	 
	4.1.1.2 Dados Meteorológicos		
	4.1.2.1 Comissões SGIFR		
	4.1.2.2 Programação e Dimensionamento		
	4.1.2.3 Programas de Ação		
	4.1.2.4 Normas Técnicas		
	4.1.3.1 Orçamento		
	4.2.2.1 Monitorização		
	4.2.2.3 Lições Aprendidas		
	4.3.1.1 Projeto Piloto		
	4.3.1.5 Centro Ibérico		
	4.3.2.3 Supressão		
	4.4.1.3 Formação e Qualificação	 	 
	4.4.2.1 Intercâmbio		

Tabela 2: Transposição das fichas de projeto regionais à escala municipal

Legenda



Monitoriza

Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior



Executa

Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)



Reporta

Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)



Sem intervenção

Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado



Projeto Chave

Projeto transformador de execução prioritária a nível regional



III.2 – METAS E ORÇAMENTO

A tabela 3 resume o mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira, para os projetos a intervir ao nível municipal. Na globalidade não é possível aferir o orçamento do PME de Albufeira conta com um orçamento global de “A definir + 2.861.900,00 €” (a definir mais dois milhões, oitocentos e sessenta e um mil e novecentos euros).

Projetos	Principais Metas	Orçamento
1.2.2.4 Economia Rural	Aumento do valor da economia local	A definir + até 122.000,00 €
2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo	Estabilização de emergência em áreas superiores a 500 hectares	A definir
2.1.1.4 Transposição PROF	PDM com PROF transposto	0,00 €
2.2.1.1 Reporte de Gestão de Combustível	Reporte e monitorização de dados de gestão de combustíveis através do sistema de informação	A definir
2.2.1.3 Rede Secundária	Até 379 ha intervencionados	A definir + 472.880,00 €
2.2.1.4 Mosaicos Estratégicos	Elaborar 1 Mapa da AEMGC	0,00 €
2.2.1.5 Áreas de Elevado Valor	Cartografia das áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental e Centro de Interpretação do Geoparque Algarvensis	A definir
2.2.1.6 Galerias Ribeirinhas	Elaborar 1 Mapa de galerias ribeirinhas prioritárias; Desobstrução de Linhas de Água Urbanas e reconversão de Linhas de Água	A definir + 74.944,00 €
2.2.1.9 Uso do Fogo	Plano de fogo controlado aprovado; 15 há de área tratada com fogo controlado; Regulamento de uso do fogo e limpeza de terrenos em espaço urbano aprovado	A definir
2.2.2.1 Compostagem	4 freguesias com iniciativas de compostagem em vigor e Redução do número de queimas nos municípios aderentes por adesão de agricultores ao programa de compostagem	A definir + 520.000,00€
2.3.1.1 Defesa pelos Privados	Ações de patrulhamento e verificação de situações identificadas pela GNR	A definir + 80.000,00 €
PT15 2.3.1.7 RVF e RPA	Construção e manutenção de RVF e RPA	A definir + 102.926,00 €



3.1.1.2 Queimas e Queimadas	Apoiar o maior número de queimas e queimadas; taxa de 0% de acidentes em queimas e queimadas	A definir + 16.000,00 €
3.1.1.3 MARQ	Apoiar pelo menos 1 Pedido de esclarecimento técnico na realização de queimadas	0,00 €
3.1.2.1 Vigilância	Policimento e Vigilância em 189 dias, de área Rural e Florestal por parte das Patrulhas dos Postos Territoriais e do Núcleo de Proteção Ambiental	A definir
3.2.1.2 Comunicação de Proximidade	Executar 4 ações de sensibilização	A definir + 3.000,00 €
3.2.1.3 Comunicação em Emergência	Aumentar o n.º de capacitados para comunicar em contexto de emergência	A definir
3.2.2.1 Práticas Pedagógicas	Desenvolvimento de iniciativas/projetos em torno das boas práticas nas áreas da prevenção de incêndios, proteção e valorização da floresta e espaços rurais	A definir + 3.000,00 €
4.1.2.1 Comissões SGIFR	CMGIFR em funcionamento; realização de até 4 reuniões/ano	Não aplicável
4.1.2.3 Programas de Ação	Execução e monitorização do programa municipal de execução	A definir
4.3.2.3 Supressão	Aquisições feitas das identificadas como necessárias	A definir + 1.467.150,00 €
Total		A definir + 2.861.900,00 €

Tabela 3: Metas e Orçamento



III.3 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

A tabela 4 apresenta o cronograma anual de execução dos projetos para 2025.

Projeto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.2.2.4							■		■		■	■
2.1.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.1.1.4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.1			■			■			■			■
2.2.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.6	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.9	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.2.1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.1		■	■	■	■	■	■	■	■			
PT15 2.3.1.7	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.1.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.1.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.1.2.1					■	■	■	■	■	■	■	
3.2.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.2.1	■	■	■	■						■	■	■
4.1.2.1		■			■			■			■	
4.1.2.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
4.3.2.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Tabela 4: Cronograma



IV – PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

IV.1 – VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS



SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA	1.1.2.2
Projeto não declinado O projeto BUPi é prioritário para as regiões sem cadastro, sendo que o Algarve possui 13 Municípios submetidos ao Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica e 3 Municípios no processo Cadastral Predial Experimental (SiNErGIC). Assim, as iniciativas previstas neste projeto não se adequam a esta realidade e, até ser expandido para abranger as regiões com mecanismos cadastrais, não possui aplicabilidade em sede regional ou municipal no Algarve. <u>Nota:</u> Foi remetido pedido de contributos à entidade, sem que tivesse sido rececionada qualquer resposta, até à data de fecho de elaboração deste PME.	

SISTEMA DE EMPARCELAMENTO	1.1.3.2
Projeto não declinado As iniciativas previstas em sede de PRA para o Programa de Emparcelamento seriam a melhoria da estrutura fundiária nas AIGP, a divulgação do programa “Emparcelar para Ordenar” e o apoio ao emparcelamento simples. As primeiras duas iniciativas são promovidas, à escala regional, pela CCDR – Agricultura, pelo que não têm aplicação à escala do PME. Considerando a pouca expressão do emparcelamento simples no território, esta ficha não declina ativamente para o PME, podendo ser monitorizada à escala regional e, no caso de incremento destes projetos, reponderada a sua declinação em sede de revisão. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos da CCDR Algarve.	



GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS RURAIS	1.2.1.1
Projeto não declinado O projeto de gestão agregada de territórios rurais tem como principais metas no âmbito do Plano Regional de Ação, para o ano de 2025, a revisão de documentos orientadores da gestão (PGF e OIGP), bem como o incremento de entidades de gestão coletiva e da área geridas por entidades de gestão coletiva. Entendendo-se que, o cumprimento destas metas deverá concentrar-se em zonas onde já existem (ou existe uma intenção efetiva de virem a existir) áreas e/ou entidades com estas características, o presente projeto não terá, neste momento, declinação no presente PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos do ICNF.	
PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM (PRGP)	1.2.1.2
Projeto não declinado Tendo em conta as metas definidas em sede de Programa Regional de Ação, o número de programas de reordenamento e gestão de paisagem (PRGP), a elaborar a nível nacional, está definido e os municípios abrangidos estão formalmente identificados nos Despachos que determinam a elaboração destes programas de reordenamento e gestão da paisagem. Nos restantes territórios (caso do concelho de Albufeira) não sendo expectável que este processo ocorra durante o ano de 2025, o projeto não tem aplicação à escala deste PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos da DGT e do ICNF.	
MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS	1.2.2.1
Projeto não declinado As iniciativas previstas em sede de PRA não têm aplicabilidade no concelho de Albufeira, uma vez que a definição de áreas prioritárias são uma iniciativa regional, com o objetivo de direcionar fundos de financiamento e estabelecer limiares de referência para o apoio às operações agroflorestais. Deste modo, esta ficha de projeto não tem aplicação à escala deste PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com base nos objetivos regionais, sendo que a CCDR não enviou contributos para que a mesma declinasse.	



PATRIMÓNIO FLORESTAL CERTIFICADO NUMA ÓPTICA DE CIRCULARIDADE	1.2.2.2
Projeto não declinado As iniciativas previstas em sede de PRA, têm como objetivo a produção de um documento de diagnóstico da situação de certificação na região e traçar uma estratégia regional. Apesar de, em sede do Programa Regional de Ação atualmente aprovado, ter sido equacionada a declinação deste projeto para a escala municipal, a alterar em sede de revisão futura, considera o ICNF como entidade Responsável, que a estratégia, metas e iniciativas previstas são mais adequadamente coligidas à escala regional com a desagregação municipal, não possuindo assim execução em sede de PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos do ICNF.	

DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL							1.2.2.4		
Objetivos • Crescimento económico de atividades agroalimentares rurais, de turismo rural e de artesanato. Principais resultados esperados • Valorização e promoção dos recursos endógenos, economia rural e indústrias locais.					Principais entidades envolvidas				
					R CCDR – Agricultura, Município				
					A Comissão Municipal GIFR				
					S DGAV, ICNF, Proprietários Privados				
					C CIM, Proprietários, Organizações Associativas do setor				
					I				
					F Comissão Regional GIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir + até 122.000,00 €									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Valor da economia rural					%		Aumento em 50%		
2) Incremento do n.º de produtores locais					%		Aumento em 20%		
3) Projetos apoiados no concelho					N. º		5		
4) Visitantes					N. º		100.000		
5) Valor investido no concelho									
Gestão de risco do projeto									
Ameaças: A da iniciativa 1.									
Risco Total: Moderado (6)									
Resolução Geral: Não se aplica									



Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Feira de Caça e Pesca								Orçamento Municipal e outras fontes de financiamento			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■											
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Bens e serviços afetos ao projeto						Município		A definir			
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
Ameaças: Organização da feira noutro Município											
Risco Total: Baixo (1)											
Resolução Geral: Não se aplica											
Observações											
A Feira de Caça e Pesca tem como objetivo apoiar a economia local e rural, permitindo aos produtores participarem em exposições com seções dedicadas à caça, pesca, turismo, natureza, produtos da terra, máquinas agrícolas, gastronomia e uma exposição de animais. Conta também com concursos de mel, ovinos de raça churra e cães de matilha, para além dos batismos equestres e demonstrações cinotécnicas.											
Até ao fecho deste PME não foi possível aferir o valor do custo com esta iniciativa, uma vez que o orçamento municipal para 2025 ainda não está totalmente definido.											
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
Festival do Piripíri								Orçamento Municipal e outras fontes de financiamento			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■											
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Bens e serviços afetos ao projeto						Município		A definir			



2) Sensibilização junto da população rural com o intuito de fomentar a produção local de Piripiri	Município	A definir									
3) Percursos	Município	A definir									
Total (€)		A definir									
Gestão de risco da iniciativa											
Ameaças: A esta data não se identificam ameaças											
Risco Total: Baixo (1)											
Resolução Geral: Não se aplica											
Observações											
A primeira edição do Festival do Piripiri em 2024, é uma celebração gastronómica que pretende explorar as várias facetas do ingrediente principal, desde a cozinha tradicional até às combinações mais inovadoras, numa celebração que promete desafiar o paladar dos visitantes, contribuindo para impulsionar a economia local e rural.											
Até ao fecho deste PME não foi possível aferir o valor do custo com esta iniciativa, uma vez que o orçamento municipal para 2025 ainda não está totalmente definido.											
Iniciativa n.º 3		Fonte Financiamento									
Feira Franca de Albufeira		Orçamento Municipal									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
										■	■
Recursos											
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo (€)								
1) Bens e serviços afetos ao projeto		Município	2.000,00 €								
Total (€)		2.000,00 €									
Gestão de risco da iniciativa											
Ameaças: A esta data não se identificam ameaças											
Risco Total: Baixo (1)											
Resolução Geral: Não se aplica											
Observações											
A Feira Franca de Albufeira é uma das feiras mais tradicionais da região, que em Albufeira remonta ao século XVII, onde se vende chicharos, tremozos, rábano, pau-roxo, polvo assado, entre outros produtos da gastronomia tradicional, utilizados na confeção de pratos de antigamente, onde também se pode encontrar roupas, calçado, utensílios domésticos,											



brinquedos, há carrosséis e carrinhos de choque, que fazem as delícias de miúdos e graúdos, farturas, churros, algodão doce, petiscos, mel, frutos secos e outros produtos da terra.											
Iniciativa n.º 4								Fonte Financiamento			
Feira Medieval de Paderne								Orçamento Municipal			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■											
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Bens e serviços afetos ao projeto						Município		Até 120.000,00 €			
Total (€)								Até 120.000,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											
Ameaças: A esta data não se identificam ameaças											
Risco Total: Baixo (1)											
Resolução Geral: Não se aplica											
Observações											
A Feira Medieval de Paderne apresenta a todos os visitantes, um mercado de época, gastronomia local, desfiles etnográficos, teatro de rua, bandas de música de rua, oficinas de artesanato e muita animação. Todas as atividades remontam à era medieval.											

MULTIFUNCIONALIDADE DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS	1.2.2.5
Projeto não declinado	
As iniciativas previstas em sede de PRA não têm aplicabilidade no concelho de Albufeira, uma vez que os sistemas agroflorestais não têm expressão no concelho. Também porque até à data de fecho deste PME não foi possível verificar a existência de projetos que possam ser enquadrados neste âmbito.	
Deste modo, esta ficha de projeto não tem aplicação à escala deste PME.	
<u>Nota:</u> Ficha elaborada com base nos contributos enviados pela CCDR.	



AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS	1.2.3.2
Projeto não declinado As iniciativas previstas em sede de PRA não têm aplicabilidade no concelho de Albufeira, uma vez que os sistemas agroflorestais não têm expressão no concelho. Também porque até à data de fecho deste PME não foi possível verificar a existência de projetos que possam ser enquadrados neste âmbito. Deste modo, esta ficha de projeto não tem aplicação à escala deste PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com base nos contributos enviados pela CCDR.	



IV.2 – CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS



ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)	2.1.1.1
Projeto não declinado As AIGP constituídas estão definidas pelo Despacho n.º 7109-A/2021 de 16 de julho, que procedeu à constituição de 47 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem; pelo Despacho n.º 12447-D/2021 de 21 de dezembro, que procedeu à constituição de mais 23 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem e pelo Despacho 11650/2022, de 3 de outubro, que procedeu à constituição de mais 1 AIGP. Não ocorrendo áreas destas no território deste município o presente projeto não terá declinação no âmbito do respetivo Programa Municipal de Execução. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com base nos contributos enviados pela DGT e do ICNF.	

GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	2.1.1.2
Projeto não declinado Ficha de intervenção regional que pretende identificar e propor áreas regionais mais aptas para remuneração de ecossistemas com a elaboração de cartografia de áreas prioritárias. Sendo um projeto de intervenção regional, esta ficha de projeto não tem aplicação à escala deste PME. <u>Nota:</u> Não foram enviados contributos por parte do ICNF, até à data de fecho de elaboração do PME de Albufeira.	



RECUPERAÇÃO PÓS FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500 HÁ EM ARTICULAÇÃO COM ENTIDADES LOCAIS							2.1.1.3											
Objetivos • Intervir nas áreas ardidas em colaboração com as entidades locais na estabilização, recuperação e reordenamento do território. • Apoiar as áreas ardidas com fundos, criar relatórios de estabilização de emergência, implementar medidas propostas no relatório. • Assegurar a reposição da capacidade produtiva. Principais resultados esperados • Reconversão e recuperação da paisagem natural do território rural sujeito a incêndio. • Melhoria da articulação entre as entidades envolvidas no combate no pós-evento; maior foco no planeamento e acompanhamento do pós-evento.					Principais entidades envolvidas													
					R		ICNF											
					A													
					S		ANEPC, OPF, Entidades Gestoras eSF, APA, DGT											
					C		CCDR, Município, GNR, CIM											
					I													
					F													
<table><tr><td>PLAN</td><td>PREP</td><td>PREV</td><td>PRES</td><td>SUPR</td><td>POSE</td><td>GOVE</td><td>QUAL</td><td>SIC</td></tr></table>										PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC										
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir																		
Indicadores						Unidade	Meta											
1) Elaboração de relatórios de estabilização de emergência em áreas superiores a 500 hectares.						%	100											
2) Garantir a realização do proposto no Relatório de Estabilização de Emergência, no prazo máximo de 15 dias.						%	100											
3) Criação de brigadas para intervenção imediata pós-incêndio para reparação pós-supressão e estabilização de emergência.						%	100											
4) Áreas atingidas com fundos de apoio a curto e longo prazo.						%	100											
Gestão de risco do projeto Ameaças: Dificuldade na celeridade da aplicação das ações de estabilização de emergência em propriedade privada. Risco Total: Baixo 4 (S4, P1). Resolução Geral: Articulação com o Município na identificação e contacto com os proprietários de áreas afetadas e com necessidade de intervenção.																		



Observações:

Não se prevendo a ocorrência de incêndios com mais de 500 hectares no território municipal, não será possível identificar iniciativas e orçamento para este projeto, desta forma será um orçamento elaborado consoante as necessidades de intervenção.

Perante a eventual “ativação” deste projeto, o PRA Algarve prevê um valor total de 7.000.000,00€.

Nota: Ficha elaborada com os contributos enviados pelo ICNF.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
Elaboração do Relatório de Estabilização de Emergência dentro do prazo estabelecido	Recursos próprios do ICNF

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Técnicos do ICNF	ICNF	A definir
2) Operacionais da FSBF	ICNF	A definir
3) Maquinaria da UNM - ICNF	ICNF	A definir
Total (€)		A definir

Gestão de risco da iniciativa

Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa.

Risco Total: Baixo 3 (S3, P1).

Resolução Geral: Sem necessidade de resolução.

Observações:

Não se prevendo a ocorrência de incêndios com mais de 500 hectares no território municipal, não será possível identificar iniciativas e orçamento para este projeto.

Perante a eventual “ativação” deste projeto, o PRA Algarve prevê um valor total de 7.000.000,00€.

Nota: Iniciativa elaborada com os contributos do ICNF.



TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)									2.1.1.4		
Objetivos - Adaptar as disposições do PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais. Principais resultados esperados - Aumento de ações de reconversão de paisagem segundo o PROF. - Alinhamento entre as potencialidades dos territórios rurais e a sua estratégia de desenvolvimento local garantindo uma padronização de normas orientadoras.						Principais entidades envolvidas					
						R		ICNF, Município			
						A					
						S		DGT, CIM			
						C		CCDR			
						I					
						F					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 0,00 €											
Indicadores						Unidade		Meta			
1) PDM com PROF transposto						n.º		1			
Gestão de risco do projeto Ameaças: Atraso no processo de revisão do PDM e falta de orientações para a transposição do PROF. Risco Total: Baixo 2 (S2,P1) Resolução Geral: Disponibilização, por parte do ICNF I.P., de um “Guia Orientador para a transposição dos PROF para os PDM”.											
Observações <u>Nota:</u> Ficha elaborada com base nos contributos do ICNF.											
Iniciativa n.º 1									Fonte Financiamento		
Transpor as disposições do PROF para o Plano Diretor Municipal									---		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■



Gestão de risco da iniciativa Igual à gestão de risco do projeto.
Observações <u>Nota:</u> Iniciativa elaborada com base nos contributos do ICNF.

ESTABELECE E OPERACIONALIZAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL								2.2.1.1	
Objetivos - Estabelecer um sistema de informação e reporte de gestão estratégica de combustível de forma normalizada, assegurando um alinhamento com os objetivos dos programas de ação do SGIFR. Principais resultados esperados - Aumento da monitorização das ações de gestão de combustível; - Monitorização local da perigosidade de incendio; - Aumento da articulação entre entidades que executam ações de gestão estratégica de combustível.						Principais entidades envolvidas			
						R		ICNF	
						A			
						S		DGT, AGIF, ANEPC, Município	
						C		OPF, Entidades Gestoras, AGIF	
						I			
						F			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir									
Indicadores						Unidade		Meta	
1) Reporte de dados de gestão de combustíveis através do sistema de informação						%		100	
2) Realização de reunião com os agentes do SGIFR que monitorizam intervenções de gestão de combustível						N.º		1	
3) Produção de cartografia com as áreas de gestão de combustível						N.º		1	
Gestão de risco do projeto									
Ameaças: Falta de recursos humanos para o levantamento das áreas com gestão de combustível de privados									
Risco Total: Baixo 4 (S1,P4)									

Resolução Geral: a) Disponibilização de documento orientador com as diretrizes estratégicas e modelo de funcionamento e reporte de gestão de combustível. b) Utilização de sistemas de informação geográfica para identificar áreas com gestão de combustíveis, através de imagens NDVI (normalized difference vegetation index) ou de outras fontes de análise do índice de vegetação.											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Reportar a gestão de combustíveis através do sistema de informação e envio da componente geográfica da informação à entidade responsável para inclusão no repositório de informação relevante para as fases de pré-supressão e supressão.								Fundo Florestal Permanente e OM			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		■			■			■			■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Recursos Humanos Especializados						Município			A definir		
2) Equipamentos informático necessário						Município			A definir		
3) Material de desgaste						Município			A definir		
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
Ameaças: Falta de recursos para a compilação da informação, não disponibilização da informação pelas diversas entidades.											
Risco Total: Alto 16 (S4, P4)											
Resolução Geral: a) Contratação de pessoal. b) Criação de sistemas municipais para monitorização das áreas. c) Reporte obrigatório por cada entidade com responsabilidade no SGIFR e que tenha áreas de execução de gestão de combustível. d) Utilização de SIG e processos de deteção remota para aferição de áreas. Promover o estabelecimento de plataforma regional de recolha de informação para carregamento da informação das diferentes entidades e assegurar o carregamento desta com informação disponibilizada a nível nacional.											
Observações:											
<u>Nota:</u> Ficha elaborada com base nos contributos enviados pela DGT e do ICNF.											



GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTIVEL	2.2.1.2
Projeto não declinado Não existindo, na área do município, troços da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível planeados e aprovados em sede de Programa Regional de Ação, o presente projeto não tem aplicação no âmbito do presente Plano Municipal de Execução. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com base nos contributos enviados pelo ICNF.	

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA								2.2.1.3	
Objetivos • Promover a continuidade da rede secundária em áreas de contiguidade. • Monitorizar a gestão da rede secundária. Principais resultados esperados • Rede secundária executada e gerida para prevenção e apoio na supressão de incêndios.					Principais entidades envolvidas				
					EC		ANEPC		
					A		Comissão Municipal GIFR		
					S		ICNF, Municípios, REN, EREDES, IP, IMT, todos os privados		
					C				
					I				
F		GNR							
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir + 472.880,00€									
Indicadores						Unidade	Meta		
1) Gestão efetiva da rede (totalidade da rede)						ha	Até 4.444 ha		
2) Hectares intervencionados em 2025						ha	Até 379 ha		
3) Taxa de cumprimento						%	Até 100 %		
4) Taxa de cumprimento nas áreas prioritárias						%	A definir		
Gestão de risco do projeto									
Ameaças:									
a) Ausência de financiamento para projetos de garantia de gestão de combustível em faixas de gestão de combustível da rede secundária.									
b) Ausência de equipamento e recursos humanos para garantir a execução da gestão de combustível em faixas de gestão de combustível da rede secundária.									

- c) Ausência de gestão de combustível nas FGC's previstas, sobretudo se os responsáveis pela gestão de combustível são proprietários privados. O Município substitui-se aos proprietários, nas obrigações legais de gestão de combustível e realiza os trabalhos de limpeza coerciva.

Risco Total: Alto 16 (S4, P4)

Resolução Geral:

- Necessidade de priorização de intervenção, por parte de cada entidade gestora da FGC, em cada área de gestão de combustíveis efetiva da FGC.
- O Município, nas FGC da sua competência, articula as prioridades de intervenção com o ICNF e as Juntas de Freguesia, avalia a execução de FGC, em substituição dos proprietários, consoante a análise de risco e fiscalização preventiva.

Observações

O Município de Albufeira ao longo dos anos, tem vindo a realizar um elevado esforço financeiro no que à execução da gestão de combustível da rede secundária diz respeito.

O facto de não ter critérios de seleção para que nenhuma das 4 freguesias sejam consideradas freguesias prioritárias para efeitos de fiscalização da gestão de combustível ou territórios vulneráveis, o Município não tem podido candidatar-se a fontes de financiamento para o efeito, levando a que a eliminação da vegetação espontânea da responsabilidade do Município, recaia na totalidade no orçamento municipal.

Nota: Ficha elaborada com base nos contributos enviados pela ANEPC.

Iniciativa n.º 1									Fonte Financiamento		
Execução das faixas de gestão de combustível da rede secundária									OE, OM, Privados, a aguardar outras fontes de financiamento		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Execução das FGC Municipais (Rede viária)						Município			6 ha x 1200 = 7.200,00€		
2) Execução das FGC IP (Rodovia)						IP, S.A.			0 ha x 1200 = 0 €		
3) Execução das FGC IP (Ferrovia)						IP, S.A.			2 ha x 1200 = 2.400,00€		



4) Execução das FGC A22 (Rodovia)	AAVI, S.A.	6 ha x 1200 = 7.200,00€
5) Execução das FGC REN	REN, S.A.	0 ha x 1200 = 0 €
6) Execução das FGC E-Redes	E-Redes, S.A.	54,08 ha x 1000 = 54.080,00€
7) Execução das FGC Áreas edificadas (Aglomerados, Edifícios isolados)	Proprietários	328 ha x 1200 = 393.600,00€
8) Execução das FGC Instalações diversas (Indústrias e equipamentos)	Proprietários	7 ha x 1200 = 8.400,00€
9) Execução das FGC (em substituição aos proprietários)	Município	A definir
Total (€)		A definir + 472.880,00€
Gestão de risco da iniciativa De acordo com a gestão de risco do projeto.		
Observações Esta iniciativa é uma obrigatoriedade legal, por determinação dos art.º 34.º, art.º 35.º, art.º 49.º e art.º 58.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na atual redação. As FGC da rede secundária para o ano de 2025, são uma transposição direta do PMDFCI de Albufeira 2020-2029, à exceção das faixas da rede secundária da responsabilidade da E-Redes, S.A., que que foi transposta do PRA. O valor de referência para a execução das FGC é de 1.200,00€/ha, tendo em consideração os concursos públicos lançados nos últimos anos, no caso da E-Redes o valor referência é de 1.000,00€ por indicação da empresa. No que respeita ao Ponto 9) não é possível definir área de substituição aos proprietários, uma vez que o Município de Albufeira não tem histórico desta prática.		
Iniciativa n.º 2		Fonte Financiamento
Identificação de áreas prioritárias para a gestão de combustível de acordo com o potencial de grandes incêndios e a vulnerabilidade dos elementos a proteger		A aguardar outras fontes de financiamento



Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Visita conjunta para identificação de áreas prioritárias, com apoio técnico do ICNF e ANEPC						Entidades da CMGIFR, terrenos rústicos de proprietários privados		A definir			
2) Elaboração de Mapa de Identificação de áreas prioritárias, com apoio técnico do ICNF e ANEPC						Entidades da CMGIFR, terrenos rústicos de proprietários privados		A definir			
								Total (€)		A definir	
Gestão de risco da iniciativa											
De acordo com a gestão de risco do projeto.											

ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL								2.2.1.4	
Objetivos • Identificação das zonas prioritárias, no município, para a instalação/operacionalização de áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível (AEMGC) Principais resultados esperados • Minimizar os efeitos e a dimensão dos incêndios rurais através de ações de modificação da estrutura e/ou da composição de povoamentos florestais e de redução da biomassa						Principais entidades envolvidas			
						R	ICNF, Proprietários, Entidades Gestoras, Municípios		
						A			
						S	Entidades gestoras eSF, Empresas		
						C			
						I			
F	GNR								
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 0,00 €									
Indicadores				Unidade			Meta		
1) Mapa da AEMGC elaborado				n.º			1		
Gestão de risco do projeto									
Ameaças: Não se reconhece qualquer ameaça associada ao projeto									



Risco Total: Baixo 3 (S3, P1) Resolução Geral: Sem aplicação											
Observações Necessidade de normalização regional dos pressupostos metodológicos a adotar para a definição das áreas a incluir no mapa. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com base nos contributos enviados pelo ICNF.											
Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
Apoiar na identificação e caracterização de áreas passíveis de integrar a cartografia regional de AEMGC										OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
1) Recursos Humanos especializados						Município			A definir		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa Igual à gestão de risco do projeto.											
Observações <u>Nota:</u> Iniciativa elaborada com base nos contributos enviados pelo ICNF.											

PROTEÇÃO DAS ÁREAS DE ELEVADO VALOR		2.2.1.5
Objetivos • Identificar, no território municipal, as áreas de elevado valor Principais resultados esperados • Redução da exposição ao risco das áreas de elevado valor	Principais entidades envolvidas	
	R	ICNF, Município
	A	
	S	Proprietários, Entidades Gestoras eSF, GNR/UEPS, ANEPC
	C	Município
	I	



					F						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir											
Indicadores						Unidade	Meta				
1) Cartografia das áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental elaborada						N.º	1				
2) Percorso Eco Botânico de Paderne						N.º	Total				
3) Centro de Interpretação do Geoparque Algarvensis						N.º	1				
Gestão de risco do projeto											
Ameaças: Não se reconhece qualquer ameaça associada a este projeto											
Risco Total: Baixo 3 (S3,P1)											
Resolução Geral: Não se aplica											
Observações											
Relativamente ao indicador 1 e 2, um Geoparque é uma área territorial com limites claramente definidos, que inclui um notável património geológico, associado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Os municípios de Loulé, Silves e Albufeira encontram-se no momento a trabalhar na candidatura do Geoparque Algarvensis a Geoparque Mundial da UNESCO.											
Nota: Ficha elaborada tendo em conta nos contributos enviados pelo ICNF.											
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento					
Identificação e caracterização de áreas passíveis de integrar a cartografia regional de áreas de elevado valor económico						OM					
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso		Custo [€]				
1) Técnicos / Equipas do Município					A definir		A definir				
Total (€)							A definir				
Gestão de risco da iniciativa											
A mesma da gestão de risco do projeto.											



Observações											
Nota: Iniciativa elaborada com base nos contributos enviados pelo ICNF.											
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
Criação do Percurso Eco Botânico de Paderne								Candidatura a Fundos Comunitários - Algarve 2030 - ALGARVE-2024-39			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Ações de proteção da biodiversidade atendendo às alterações climáticas, recuperação e requalificação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactes severos e valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais públicas promotoras da biodiversidade.						Aquisição de serviços/Município		A definir			
2) Ações dirigidas à conservação e valorização de geossítios e monumentos naturais						Aquisição de serviços/Município		A definir			
3) Recursos Humanos						Aquisição de serviços/Município		A definir			
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
Ameaças: Falta de financiamento.											
Risco Total: Alto face à falta de financiamento											
Resolução Geral: Abertura de avisos aos fundos comunitários											
Observações											
O Município encontra-se a realizar o projeto e restantes peças para instruir a candidatura.											
Iniciativa n.º 3								Fonte Financiamento			
Criação de um Centro de Interpretação do Geoparque Algarvensis								Candidatura a Fundos Comunitários - Algarve 2030 - ALGARVE-2024-39			



Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Promoção do conhecimento sobre o património natural e cultural						Financiamento comunitário		A definir			
2) Criação de espaço que promova o Geoturismo.						Financiamento comunitário		A definir			
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
Ameaças: Falta de financiamento.											
Risco Total: Alto face à falta de financiamento											
Resolução Geral: Abertura de avisos aos fundos comunitários											
Observações											
“Através de uma maior consciencialização da importância do património geológico da região na história e na sociedade, um Geoparque Mundial da UNESCO concede aos seus habitantes um sentimento de orgulho na sua região e fortalece a sua identificação com o território. A criação de iniciativas inovadoras locais, de novos postos de trabalho e de cursos de formação de alta qualidade é estimulada, enquanto novas fontes de receita são geradas através do geoturismo e os recursos geológicos são protegidos.” – Comissão Nacional da UNESCO. O Município encontra-se a realizar o projeto e restantes peças para instruir a candidatura.											

GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS								2.2.1.6	
Objetivos • Redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas prioritárias, salvaguardando os valores naturais existentes. Principais resultados esperados • Proteção dos cursos de água com multiplicidade de funções ecológicas e serviços ambientais nas áreas prioritárias.					Principais entidades envolvidas				
					R	ICNF, APA, Município			
					A				
					S	ICNF, Município, OPF			
					C				
					I				
					F				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir + 74.944,00 €									



Indicadores		Unidade	Meta								
1)	Mapa de galerias ribeirinhas prioritárias elaborado	N.º	1								
2)	Desobstrução de Linhas de Água Urbanas	ha	Total								
3)	Reconversão de linhas de água	ha	A definir								
4)	Percursos pedestres criados	Km	3								
Gestão de risco do projeto Ameaças: Não se reconhece qualquer ameaça associada ao projeto Risco Total: Baixo 3 (S3, P1) Resolução Geral: Não aplicável											
Observações: ICNF - Necessidade de normas técnicas de atuação que considerem a redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas salvaguardando os valores naturais existentes. APA - Foram pedidos contributos à APA para elaboração desta ficha de projeto, no entanto até ao fecho deste PME não foram rececionados contributos.											
Iniciativa n.º 1		Fonte Financiamento									
Apoiar na identificação e caracterização de áreas passíveis de integrar a cartografia regional de galerias ribeirinhas prioritárias		Orçamento Municipal									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos				Identificação do recurso		Origem do recurso		Custo (€)			
1) Técnicos / Equipas do Município		Município		A definir							
		Total (€)		A definir							
Gestão de risco da iniciativa Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa Risco Total: Baixo 3 (S3,P1) Resolução Geral: Não se aplica											

**Observações:**

De acordo com os contributos enviados pelo ICNF, foi identificada a necessidade de existência de normas técnicas de atuação que considerem a redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas salvaguardando os valores naturais existentes, pelo que, até à elaboração das referidas normas, esta iniciativa não declina na elaboração deste PME.

Nota: Iniciativa elaborada com base nos contributos enviados pelo ICNF.

Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
Limpeza e Desobstrução das Linhas de Água Urbanas do concelho de Albufeira								Orçamento Municipal			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
2) Aquisição de serviços para desobstrução das linhas de água urbanas						Município		74.944,00 €			
Total (€)								74.944,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											
Ameaças: Condições meteorológicas adversas											
Risco Total: Baixo (1)											
Resolução Geral: Programar as operações para os meses com menor probabilidade de ocorrência de condições meteorológicas adversas											
Iniciativa n.º 3								Fonte Financiamento			
Reconversão de Linhas de Água								Orçamento Municipal e Outras fontes de Financiamento			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Gestão de Combustíveis						Município		A definir			



2) Plantação de Espécies Ripícolas	Município	A definir
3) Requalificação do Leito da Ribeira	Município	A definir
4) Criação de pontos de observação de biodiversidade	Município	A definir
5) Criação de zonas lacustres para retenção de água	Município	A definir
Total (€)		A definir
Gestão de risco da iniciativa		
Ameaças: Condições meteorológicas adversas. Aumento da biodiversidade, Alterações climáticas		
Risco Total: Baixo (1)		
Resolução Geral: Programar as operações para os meses com menor probabilidade de ocorrência de condições meteorológicas adversas.		
Observações		
Não sendo estas galerias prioritárias do ponto de vista da gestão de fogos rurais, trata-se de uma iniciativa que visa a valorização da ribeira e todo o ecossistema ribeirinho; melhora as condições das massas de água superficiais, criar galerias ripícolas por forma a aumentar a biodiversidade e depuração das massas de água.		

PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS	2.2.1.7
Projeto não declinado	
De acordo com a informação obtida, no concelho de Albufeira existem cerca de 942,47 “cabeças normais” de gado caprino e ovino e 103,3 “cabeças normais” de gado bovino, desconhecendo este Município tanto a sua localização, como se as explorações estão sujeitas à modalidade intensiva ou extensiva.	
Por tal facto, não é possível verificar em tempo útil para elaboração do PME, a possibilidade, destas “CN” possam ser utilizadas como recurso ao pastoreio extensivo, contribuindo assim para o aumento da gestão de combustível nos territórios vulneráveis.	
Face ao exposto, esta ficha de projeto não tem aplicação no PME de 2025.	
Nota: Ficha elaborada com base nos contributos enviados pela CCDR.	



USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO DE FOGOS RURAIS							2.2.1.9		
Objetivos • Promoção da técnica do fogo controlado. • Dinamização e melhoria das ações de comunicação sobre o fogo controlado. • Capacitação, articulação e treino dos intervenientes Principais resultados esperados • Diminuição do número de ocorrências a área afetada por uso indevido do fogo. • Aumento da área tratada com fogo controlado. • Aumento da utilização do fogo controlado como forma de treino operacional para a supressão.					Principais entidades envolvidas				
					R ICNF / Município				
					A				
					S Proprietários, Entidades gestoras, Entidades gestoras eSF, GNR, DGADR, ANEPC, Município, CIM				
					C AGIF				
					I				
F									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Plano de fogo controlado aprovado					N.º		1		
2) Área tratada com fogo controlado					Ha		5		
3) Iniciativas de treino e promoção do fogo controlado					N.º		1		
4) Regulamento de uso do fogo e limpeza de terrenos em espaço urbano aprovado					N.º		1		
Gestão de risco do projeto									
Ameaças:									
a) Inexistência de áreas para elaboração do plano de fogo controlado e realização de treinos.									
b) Não aproveitamento da janela de oportunidade para a realização das ações de fogo controlado.									
Risco Total: Elevado: 12 (S3, P4)									
Resolução Geral:									
a) Analisar a prescrição de cada parcela atempadamente.									
b) Criar e reforçar mecanismos de comunicação de forma a melhorar o diálogo e a passagem de informação, ao nível das entidades com responsabilidade no SGIFR, para maximizar a componente de treino operacional.									
Observações									
a) Ficha elaborada com os contributos do ICNF.									



- b) Os Indicadores 1); 2); 3) e as Iniciativas 1 e 2, são da responsabilidade do ICNF, o Município apenas suporta.
c) O indicador 4) e a Iniciativa 3 é da responsabilidade do Município.

Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento					
Elaboração do plano de fogo controlado de âmbito municipal							A definir					
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso							Origem do recurso			Custo (€)		
1) Técnico de fogo controlado para elaboração do plano e fogo controlado							Município			A definir		
2) Recursos informáticos necessários							Município			A definir		
3) Material de desgaste							Município			A definir		
							Total (€)			A definir		
Gestão de risco da iniciativa												
Ameaças:												
a) Ausência de áreas para introdução no plano de fogo controlado;												
b) Tipologia do terreno e coberto vegetal;												
c) Tamanho diminuto das propriedades.												
Risco Total: Alto												
Resolução Geral: Promover a participação de técnicos municipais na formação em Fogo Controlado. Garantir o apoio de técnicos credenciados do ICNF na elaboração do Plano.												
Observações												
Possível trabalho em rede para elaboração de PFC intermunicipal, por articulação entre municípios confinante, pela sua articulação;												
Nota: Iniciativa elaborada de acordo com contributos do ICNF.												
Iniciativa n.º 2							Fonte Financiamento					
Execução de 5 hectares de fogo controlado em 2025							A definir					



Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■						■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Recursos Humanos Municipais						Município		A definir			
						Total (€)		A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
Ameaças: Inexistência de técnico de fogo controlado nos recursos próprios do município para elaboração do PFC											
Risco Total: Elevado 12 (S3, P4)											
Resolução geral: Promover a participação de técnicos municipais na formação em Fogo Controlado. Garantir o apoio de técnicos credenciados do ICNF na elaboração do Plano.											
Observações											
Sempre que as ações previstas incidam em propriedades privadas estão dependentes da aprovação dos respetivos proprietários para a sua execução.											
Nota: Iniciativa elaborada de acordo com contributos do ICNF.											
Iniciativa n.º 3								Fonte Financiamento			
Elaboração do Regulamento de uso do fogo e limpeza de terrenos em espaço urbano								Fundo Florestal Permanente			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■									
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Recursos humanos						Município		A definir			
2) Equipamento informático						Município		A definir			
3) Material de desgaste						Município		A definir			
						Total (€)		A definir			



Gestão de risco da iniciativa Ameaças: Não se prevê ameaças à data de hoje Risco Total: Baixo Resolução Geral: Não aplicável
Observações Por alteração da legislação o projeto de regulamento já existente foi abandonado, estando neste momento o Município a aguardar os despachos e regras de gestão de combustível mencionadas no DL 82/2021, de 13 de outubro, na atual redação.

PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM							2.2.2.1		
Objetivos • Promover a utilização de compostagem por parte dos proprietários, de forma a otimizar a gestão de recursos e fomentar a utilização de processos de reaproveitamento orgânicos que preservem as propriedades do espaço rural, originando a redução de queimas e uma melhor gestão de combustível. Principais resultados esperados • Promoção de processos de compostagem com consequente eventual redução de número de ignições relacionadas com queimas.							Principais entidades envolvidas		
							R	Município, CIM	
							A		
							S	DGAL, ICNF, CCDR, Proprietários, APA	
							C	DGADR, CCDR	
I									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir + 520.000,00 €									
Indicadores						Unidade	Meta		
1) N.º de freguesias com iniciativas de compostagem em vigor						n.º	4		
2) Redução do número de queimas nos municípios aderentes por adesão de agricultores ao programa de compostagem						%	Até 50%		
3) Redução do número de ignições nas freguesias aderentes						%	Até 50%		
4) N.º de hectares de espaços rurais onde são utilizados equipamentos tipo biotrituradores						ha	Até 250		
Gestão de risco do projeto Ameaças:									

- a) Ausência de financiamento para projetos de promoção de processos de compostagem para proprietários privados de terrenos rústicos.
- b) Ausência de recursos humanos e processo logístico para recolha e transporte de resíduos florestais de propriedades/explorações florestais em espaço rural para locais de tratamento de resíduos verdes não urbanos.
- c) Elevado número de pedido de queimas.

Risco Total: Alto – devido à ausência de financiamento para execução do projeto

Resolução Geral: Abertura de avisos de financiamento.

Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
Ações de divulgação de um programa de compostagem, junto dos proprietários nas 4 freguesias, em articulação com as entidades locais										PRR, FA, POSEUR, FEADER	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■					■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Programa de compostagem						Municípios, Juntas de Freguesias, Entidades GIFR			A definir		
Total (€)									A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
De acordo com a gestão de risco do projeto.											
Observações											
Promoção de ações para a comunidade rural, para as empresas de jardinagem e empreiteiros florestais, com o objetivo de utilização de equipamentos destroçadores em detrimento da realização de queimas de sobrantos.											
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento	
Aquisição de equipamentos de destroçamento de materiais lenhosos sobrantos, a instalar nas Juntas de Freguesia										A aguardar fontes de financiamento	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		



1) Candidatura para aquisição equipamentos biotrituradores para destroçamento de materiais lenhosos sobranes	Município, Juntas de Freguesias, CIM	120.000,00€									
2) Candidatura para aquisição de veículo para reboque de bio triturador	Município, Juntas de Freguesias, CIM	A definir									
Total (€)		A definir + 120.000,00€									
Gestão de risco da iniciativa De acordo com a gestão de risco do projeto.											
Observações: A execução desta iniciativa depende de financiamento.											
Iniciativa n.º 3		Fonte Financiamento									
Apoio a "parques de proximidade" de destroçamento de materiais lenhosos sobranes passíveis de uso para compostagem para comunidades de espaços florestais/rurais		PRR, FA, POSEUR, FEADER									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo (€)								
1) Elaboração de Candidatura		Município	A definir								
2) Contratação para aquisição do equipamento		Município	400.000,00 €								
3) Criação de Instalação e área técnica de operação		Município	A definir								
4) Fornecimento e testes do equipamento		Município	A definir								
Total (€)		A definir + 400.000,00 €									
Gestão de risco da iniciativa De acordo com a gestão de risco do projeto.											
Observações Este investimento depende totalmente de financiamento. Projeto de grande relevância para redução do custo no combate de incêndios, valorização de resíduos florestais e promoção de economia circular.											



PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA DE SOBRANTES E MATOS	2.2.2.2
Projeto não declinado As iniciativas inscritas no PRA, têm como resultado esperado o aumento da produção da energia com base em biomassa florestal residual otimizando a gestão de combustíveis reduzindo o risco de incêndio, assim como o incremento de eliminação de sobrantes através desta tecnologia face aos métodos tradicionais. No concelho de Albufeira não existem projetos de implementação de centrais de biomassa, pelo que esta ficha de projeto não tem aplicação neste PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com base nos contributos enviados pela DGEG.	

REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS								2.3.1.1	
Objetivos • Adequar as regras de gestão das redes de defesa ao benefício obtido • Proteger o território com eficiência financeira Principais resultados esperados • Acompanhar o desenvolvimento do projeto					Principais entidades envolvidas				
					R		GNR / Município		
					A				
					S		ICNF, Municípios, AGIF		
					C		ANEPC		
					I				
F									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir + 80.000,00 €									
Indicadores						Unidade		Meta	
1) Foram detetadas em 2024 um total de 20 sinalizações na fase de Sensibilização e Monitorização, que resultaram em 9 cumprimentos voluntários e em 11 autos de contraordenação elaborados.						60 Ações de Patrulhamento		100% do pretendido	
2) Verificação das situações identificadas pela GNR, sensibilização / notificação aos proprietários.						%		100% do pretendido	
Gestão de risco do projeto									
Ameaças: Grandeza do território a fiscalizar face aos meios humanos e materiais disponíveis para a realização dos diferentes serviços efetuados diariamente pela Guarda Nacional Republicana.									



Falta de financiamento para aquisição de viatura por parte do Município.

Risco Total: Alto: Face às diferentes áreas de atuação da Guarda Nacional Republicana através do Núcleo de Proteção Ambiental, poderá não se conseguir cumprir as ações de patrulhamento previsto.

Resolução Geral: Alocar patrulhamento diário e exclusivo à sensibilização e monitorização.

Abertura de avisos a financiamentos para aquisição de viaturas para vigilância e 1.ª intervenção.

Observações

Nota: Ficha de projeto elaborado com base nos contributos da GNR.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
Ações de patrulhamento para sensibilização e monitorização.	OE

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■	■	■	■	■	■	■	■			

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Viatura e militares da Guarda Nacional Republicana	GNR	A definir
Total (€)		A definir

Gestão de risco da iniciativa

Ameaças: Grandeza do território a fiscalizar face aos meios humanos e materiais disponíveis para a realização dos diferentes serviços efetuados diariamente pela Guarda Nacional Republicana.

Risco Total: Alto: Face às diferentes áreas de atuação da Guarda Nacional Republicana através do Núcleo de Proteção Ambiental, poderá não se conseguir cumprir as ações de patrulhamento previsto.

Resolução Geral: Alocar patrulhamento diário e exclusivo à sensibilização e monitorização.

Observações

Não há a possibilidade de quantificar e aferir valores localmente às ações de sensibilização e monitorização em virtude de as mesmas ocorrerem no seguimento de policiamento geral, que ocorre em mais que um Concelho.

Nota: Iniciativa elaborada de acordo com os contributos da GNR.



Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
Vigilância e 1.ª intervenção para o SMPC								A aguardar fonte de financiamento			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■	■	■	■	■	■	■	■			
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Aquisição de viatura devidamente equipada para o SMPC						Município		80.000,00 €			
2) Constituição de equipa de recursos humanos						Município		A definir			
Total (€)								A definir + 80.000,00 €			
Gestão de risco da iniciativa											
Ameaças: Falta de financiamento para aquisição de viatura por parte do Município.											
Risco Total: Alto: Face às diferentes áreas de atuação da Guarda Nacional Republicana através do Núcleo de Proteção Ambiental, poderá não se conseguir cumprir as ações de patrulhamento previsto.											
Resolução Geral: Abertura de avisos a financiamentos para aquisição de viaturas para vigilância e 1.ª intervenção.											
Observações: Iniciativa totalmente depende de financiamento.											

GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS	2.3.1.2
Projeto não declinado	
As iniciativas inscritas no PRA, têm como resultado esperado assegurar a gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas dos Condomínios de Aldeia, e incentivar os proprietários agrícolas locais a assumirem faixas de gestão como forma de obterem novo rendimento.	
No concelho de Albufeira a gestão de combustível nos aglomerados rurais é apenas feita através no interface urbano-rural integrada na gestão de combustível da rede secundária.	
Face ao exposto esta ficha de projeto não tem aplicação neste PME.	



PROGRAMAS “ALDEIA SEGURA” E “PESSOAS SEGURAS”	2.3.1.4
Projeto não declinado As iniciativas inscritas no PRA, têm como resultado esperado o aumento da segurança das pessoas e infraestruturas nos territórios rurais devido a um melhor sistema de preparação e autoproteção a incêndios e a uma redução nos comportamentos de risco da população, fruto de uma maior sensibilização, com vista à redução do número de ocorrências. No concelho de Albufeira não existem projetos implementados no âmbito destes programas, por um lado porque Albufeira não tem freguesia prioritárias, por outro o número de ocorrências de incêndios rurais não são significativas. Face ao exposto esta ficha de projeto não tem aplicação neste PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com base nos contributos enviados pela ANEPC.	

IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS REDES DE DEFESA INTERMUNICIPAIS (REDE VIÁRIA FLORESTAL E REDES DE PONTOS DE ÁGUA) (NOVO PROJETO)								PT15 2.3.1.7	
Objetivos • Implementar e manter as infraestruturas integrante das redes de defesa intermunicipais (rede viária florestal e rede de pontos de água). • Elaboração de documento regional de planeamento e manual regional para execução. Principais resultados esperados • Melhorar a rede viária florestal permitindo o acesso às áreas florestais.					Principais entidades envolvidas				
					R		ICNF, Municípios		
					A				
					S		ANEPC, GNR, APA, CCDR		
					C		Juntas de Freguesia		
					I				
F									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir + 102.926,00 €									
Indicadores					Unidade		Meta		
2) RVF construção em 2025					Km		A definir		
3) RVF manutenção em 2025					%		51		
4) RPA construção em 2025					N		0		
5) RPA manutenção em 2025					%		0		
Gestão de risco do projeto									
Ameaças:									

a) Ausência de financiamento para a realização das intervenções; b) Necessária a identificação da RVF e RPA fundamental para o Algarve e sua compatibilização com os instrumentos de ordenamento do território (IOT); c) Necessária a presença e normalização de sinalética da RVF e RPA e compatibilização com a restante sinalética rodoviária. Risco Total: Alto: risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução do projeto Resolução Geral: Financiamento. O PRA Algarve prevê um valor total de 2.065.000€											
Observações: Os valores apresentados nesta ficha de projeto, quer de quantidade, quer de orçamentos foram retirados do PMDFCI 2020-2029 para o ano de 2025.											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
RVF construção								FSUE, OE, FA, OM, Privados			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) RVF construção						Município / Privados / Estado			A definir		
						Total (€)			A definir		
Gestão de risco da iniciativa											
De acordo com a gestão de risco do projeto											
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
RVF manutenção								FSUE, OE, FA, OM, Privados			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) RVF manutenção em 2025						Município / Privados / Estado			102.926,00€		
2) Normalização de sinalética da RVF e RPA e compatibilização com a restante sinalética rodoviária						CIM, Município			A definir		



Total (€)											A definir + 102.926,00€	
Gestão de risco da iniciativa												
De acordo com a gestão de risco do projeto												
Iniciativa n.º 3									Fonte Financiamento			
RPA construção									FSUE, OE, FA, OM, Privados			
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)			
1) RPA construção						Município / Privados			0,00€			
Total (€)									0,00€			
Gestão de risco da iniciativa												
De acordo com a gestão de risco do projeto												
Iniciativa n.º 4									Fonte Financiamento			
RPA manutenção									FSUE, OE, FA, OM, Privados			
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)			
1) RPA manutenção						Município / Privados			0,00€			
Total (€)									0,00€			
Gestão de risco da iniciativa												
De acordo com a gestão de risco do projeto												



IV.3 – MODIFICAR COMPORTAMENTOS



APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS								3.1.1.2									
Objetivos • Identificar as perguntas mais frequentes relativamente às queimas e queimadas e outras informações úteis e práticas; • Identificar e capacitar as entidades locais para a realização de ações de formação e partilha de conhecimento; • Difundir informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população alvo, privilegiando meios de proximidade, plataforma e através de apoio telefónico; • Identificar e promover alternativas à prática de queimas; • Promover apoio na realização de queimas e queimadas; • Aderir e promover uma linha com um número único de apoio à realização de queimas e queimadas ao cidadão; • Aderir e centralizar a informação da realização das queimas e queimadas na Plataforma eletrónica disponibilizada pelo ICNF. Principais resultados esperados • Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil; • Redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas; • Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas; • Redução do número de acidentes e área ardida resultantes de queimas e queimadas.							Principais entidades envolvidas										
							R	ICNF, Município									
							A										
							S	GNR, ANEPC									
							C	IPMA, AGIF									
							I										
							F										
<table><tr><td>PLAN</td><td>PREP</td><td>PREV</td><td>PRES</td><td>SUPR</td><td>POSE</td><td>GOVE</td><td>QUAL</td><td>SIC</td></tr></table>									PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC									
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir + 16.000,00 €																	
Indicadores							Unidade	Meta									
1) N.º de comunicações / pedidos de autorização para realização de queimas e queimadas							N.º	Até 3000									
2) Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas							%	100									
3) Número de queimas e queimadas apoiadas							N.º	A definir									
4) Acidentes em queimas e queimadas							%	0%									
5) Diminuição do número de queimas não registadas							%	15%									



Gestão de risco do projeto Ameaças: a) Elevado n.º de comunicações de queimas; b) Elevada adesão da população mais envelhecida, que recorre às juntas de freguesia e aos serviços do município para submeter comunicações para queimas; c) Falta de recursos humanos para apoio presencial às queimas e queimadas; d) Fragilidades informáticas que a plataforma “Queimas e Queimadas” possa apresentar, perante um elevado número de acessos; e) Falta de financiamento dirigido aos Municípios. Risco Total: 6 - Moderado (S3; P2) Resolução Geral: a) Sensibilização da população; b) Contratação de recursos humanos; c) Reestruturação da plataforma perante as fragilidades que apresenta e introduzir melhorias na plataforma de maneira a reduzir potenciais quebras do serviço.; d) Abertura de Avisos de Financiamento dirigidos aos Municípios direcionados a esta temática; e) Apoiar as entidades (Juntas de freguesia/Bombeiros) que fazem o apoio direto às populações, na utilização da plataforma.											
Observações Anualmente, o número de pedidos de queimas realizados na plataforma queimas do ICNF é elevado, o que implica a análise e avaliação permanente do SMPC/GTF. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos enviados pelo ICNF.											
Iniciativa n.º 1									Fonte Financiamento		
Disponibilizar informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população alvo privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma, quer através do apoio telefónico ou presencial.									PDR, FA, OE, OM, PRR, a aguardar outras fontes de financiamento		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Recursos informáticos e/ou suportes físicos.						Município, ICNF			A definir		
2) Folhetos						Município, ICNF			A definir		

3)	Viatura de apoio devidamente equipada	Município	80.000,00 €								
4)	Constituição de equipa de apoio presencial	Município	A definir								
Total (€)			A definir + 80.000,00€								
Gestão de risco do projeto											
De acordo com a gestão de risco do projeto.											
Observações:											
Esta iniciativa carece de financiamento, pelo menos, para os recursos identificados em 3) e 4). O Município de Albufeira está registado na plataforma Queimas e Queimadas do ICNF, e atualmente faz a gestão das comunicações / autorizações inseridas ou comunicadas à Câmara, pelos munícipes, prestando também apoio telefonicamente. No entanto ainda não tem uma equipa municipal de apoio presencial.											
Iniciativa n.º 2			Fonte Financiamento								
Queimas e queimadas apoiadas			FA, OE, OM, PR								
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■						■	■
Recursos											
Identificação do recurso			Origem do recurso	Custo (€)							
1)	Recursos humanos direcionados ao apoio presencial às queimas e queimadas		Município	A definir							
2)	Viatura de apoio devidamente equipada		Município	80.000,00 €							
3)	Constituição de equipa de apoio presencial		Município	A definir							
4)	Panfletos		Município	A definir							
Total (€)			A definir + 80.000,00€								
Gestão de risco da iniciativa											
De acordo com a gestão de risco do projeto.											
Iniciativa n.º 3			Fonte Financiamento								
Diminuição do n.º de acidentes provenientes de Queimas			FA, OE, OM, PR								
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■						■	■



Recursos		
Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Ações de sensibilização à população	Município, ICNF, CBV, GNR	A definir
2) Recursos Humanos	Município, ICNF, CBV, GNR	A definir
3) Material de divulgação	Município, ICNF, CBV, GNR	A definir
Total (€)		A definir
Gestão de risco da iniciativa		
De acordo com a gestão de risco do projeto.		

MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS								3.1.1.3	
Objetivos • Apoiar o recurso à prática de queimadas no contexto agrosilvo-pastoril • Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil a produtores pecuários em regime extensivo que potencialmente queiram recorrer à prática de queimadas Principais resultados esperados • Sensibilização e apoio à população alvo através da disponibilização de informação útil e apoio à realização de queimadas • Redução do número de ignições associadas à renovação de pastagens em dias com perigo meteorológico de incêndio elevado ou muito elevado						Principais entidades envolvidas			
						R		ICNF	
						A			
						S		GNR, ANEPC, OPF, CBV, Proprietários	
						C		CCDR, IFAP	
						I			
F									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 0,00 €									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Ações de queimadas					Nº		1		
2) Pedidos de esclarecimento e apoio técnico na realização de queimadas					Nº		1		
Gestão de risco do projeto									
Ameaças:									
a) Reduzida expressão da população alvo – produtores agropecuários em regime extensivo;									



b) Prática com pouca implementação regional atualmente. Risco Total: 6 - Moderado (S3;P2) Resolução Geral: Sensibilização e apoio ao público-alvo na divulgação e execução da prática de queimadas.												
Observações <u>Nota:</u> Ficha de projeto elaborada de acordo com os contributos do ICNF.												
Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento		
Apoio na realização de ação de queimada										A definir		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)			
1) Equipas municipais (eSF, Proteção Civil, GTF, Bombeiros)						A definir			A definir			
									Total (€)		A definir	
Gestão de risco da iniciativa												
Ameaças: Não se reconhecem, no momento, quaisquer ameaças significativas ao desenvolvimento desta iniciativa Risco Total: Baixo 3 (S3,P1) Ameaças: Não se aplica.												
Observações <u>Nota:</u> Iniciativa elaborada de acordo com os contributos do ICNF.												



AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E ÁREAS RURAIS CRÍTICAS								3.1.2.1				
Objetivos - Assegurar a articulação entre todas as entidades envolvidas, garantindo assim a eficiência das ações de vigilância. Principais resultados esperados - Monitorizar a coordenação regional das ações de vigilância em períodos e locais críticos.						Principais entidades envolvidas						
						R		GNR, Município				
						A						
						S		AGIF, ICNF, FFAA, Município				
						C		ANEPC				
						I						
						F						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC				
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir												
Indicadores						Unidade		Meta				
1) Policiamento e Vigilância de área Rural e Florestal por parte das Patrulhas dos Postos Territoriais e do Núcleo de Proteção Ambiental.						100% do Pretendido		189 dias de patrulhamento a 1 patrulha por dia				
Gestão de risco do projeto												
Ameaças:												
a) Empenhamento dos militares alocados ao policiamento rural e florestal, serem desviados para outros serviços que se revelem prioritários.												
b) Falta de financiamentos aos Municípios.												
Risco Total: Face às diferentes áreas de atuação da Guarda Nacional Republicana através do Núcleo de Proteção Ambiental, poderá não se conseguir cumprir as ações de patrulhamento rural e florestal previsto.												
Resolução Geral:												
a) Alocar equipas somente para a vigilância.												
b) Abertura de avisos de financiamentos comunitários dirigidos aos Municípios.												
Observações												
Nota: Ficha elaborada com base nos contributos da GNR.												
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento				
Policiamento da Guarda Nacional Republicana								OE - GNR				
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
				■	■	■	■	■	■	■		



Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso				Custo (€)		
2) Viatura e militares da Guarda Nacional Republicana						GNR				A definir		
Total (€)										A definir		
Gestão de risco da iniciativa												
De acordo com a gestão de risco do projeto												
Observações												
Por parte da GNR, não há a possibilidade de quantificar e aferir valores localmente às ações de sensibilização e monitorização em virtude de as mesmas ocorrerem no seguimento de policiamento geral, que ocorre em mais que um Concelho.												
Nota: Iniciativa elaborada de acordo com os contributos da GNR.												
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento		
Reforço e início de projeto de vigilância em áreas rurais durante os alertas de condições meteorológicas adversas										A aguardar financiamentos		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
				■	■	■	■	■	■			
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso				Custo (€)		
1) Viatura para o GTF/SMPC						Município				80.000,00 €		
2) Equipa de Operacionais do SMPC						Município				A definir		
3) Equipamento de primeira intervenção						Município				A definir		
Total (€)										A definir + 80.000,00 €		
Gestão de risco da iniciativa												
De acordo com a gestão de risco do projeto												
Observações												
Iniciativa 100 % dependente abertura de avisos para financiamento comunitário.												



PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS	3.1.2.2
Projeto não declinado A presença das Forças Armadas na região do Algarve faz-se ao abrigo dos Planos HEFESTO II/REVELES/CAPPELUS/FAUNOS. Todos estes planos são à escala regional, sendo executados em coordenação com o Comando Regional de Emergência e Proteção Civil do Algarve e com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. À escala municipal, aplicam-se apenas os protocolos bilaterais entre os municípios e o Exército, que não existem com o município de Albufeira. Desta forma, esta ficha de projeto não tem aplicabilidade à escala do PME. <u>Nota:</u> Esta ficha foi elaborada com os contributos das FFAA.	

REDE DE VIGILÂNCIA E DETENÇÃO DE INCÊNDIOS	3.1.2.3
Projeto não declinado Este projeto tem como objetivo a redução no tempo de deteção de um incêndio e no tempo de primeira intervenção, assim como a implementação de um sistema de vigilância eficiente. Identificar sistemas de vigilância e deteção em uso por parceiros do sistema, identificar debilidades e propor melhorias e promover a compatibilização de sistemas entre regiões e entidades, faz com que este projeto seja de intervenção à escala regional, não tendo aplicabilidade em sede deste PME.	

INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS	3.1.3.3
Projeto não declinado Este projeto tem como objetivo conhecer as causas dos incêndios rurais para melhor mitigar o fenómeno, sendo os principais indicadores o n.º de incêndios por causa, a variação do n.º de incêndios por causa e o n.º de causas determinadas por incêndios investigados. Por ser um projeto de intervenção regional, onde se pretende identificar as principais causas de incêndios na região e monitorizar a evolução dos incêndios por causa, não tem aplicabilidade em sede deste PME.	

COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO	3.2.1.1
Projeto não declinado A estratégia de comunicação integrada é definida ao nível regional, na Comissão respetiva, envolvendo e articulando todas as entidades que têm como responsabilidade comunicar recorrendo aos produtos e imagem do Portugal Chama. Este projeto visa enquadrar as iniciativas de comunicação transversais à população portuguesa, articulando-as ao nível municipal, tais a imagem alusiva a toda a campanha Portugal Chama nas suas várias temáticas, o projeto Raposa Chama, o Teatro Chama, os Programas Aldeia Segura, Pessoas Seguras, entre outros. Excluem-se assim desta ficha de projeto os conteúdos de entidades nacionais que não façam parte das campanhas integradas e ainda as campanhas de proximidade exclusivamente de âmbito municipal, as quais se incluem na ficha de projeto 3.2.1.2. Desta forma este projeto não tem aplicabilidade à escala do PME. <u>Nota:</u> Esta ficha foi elaborada com os contributos da AGIF.	

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE							3.2.1.2	
Objetivos • Criar ações de sensibilização da população a nível local seguindo uma abordagem personalizada à região e aos seus fatores de risco mais relevantes para a adoção de práticas mais seguras. Principais resultados esperados • Redução no número de ignições e áreas ardidas; • Aumento da sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais seguros, aumentando a proteção das populações e espaços rurais.						Principais entidades envolvidas		
						R Município, ANEPC, GNR, ICNF		
						A		
						S CIM, CCDD, DGAGR		
						C AGIF		
						I		
						F		
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir + 3.000,00€								
Indicadores					Unidade		Meta	
1) Nº ações de sensibilização locais					N.º		Até 4	
2) Divulgação da Informação					N.º		A definir	
3) Panfletos distribuídos					N.º		Até 2 500	
Gestão de risco do projeto Ameaças: A esta data não se identificam ameaças;								



Risco Total: Baixo. Resolução Geral: Não se aplica.											
Observações O Município de Albufeira tem realizado, nos mercados, feiras e eventos, várias ações conjuntas com o Corpo de Bombeiros Voluntários e a Guarda Nacional Republicana no sentido de alertar a população para a problemática dos incêndios rurais.											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Ações de sensibilização/comunicação de proximidade à população								A definir			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		■	■	■	■				■	■	
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Instalações						Município/Juntas de Freguesia			N/Aplicável		
2) Ações de sensibilização à população em geral						Município/Juntas de Freguesia			A definir		
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
Ameaças: A esta data não se identificam ameaças.											
Risco Total: Baixo.											
Resolução Geral: Não se aplica.											
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
Divulgação da informação								A definir			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Lonas para afixação em locais próprios						Município			1.500,00 €		
2) Divulgação nas redes sociais						Município			A definir		
3) Divulgação na aplicação do SMPC						Município			A definir		



4) Divulgação no Espaço Interativo da Proteção Civil	Município	A definir
5) Elaboração de panfletos alusivos ao tema	Município	1.500,00€
6) Divulgação nos locais públicos e privados do concelho	Município	A definir
Total (€)		A definir + 3.000,00€
Gestão de risco da iniciativa Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. Risco Total: Baixo. Resolução Geral: Não se aplica.		

COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA							3.2.1.3		
Objetivos • Entendimento pela população da severidade da situação. • Adoção de comportamentos de segurança. • Melhoria dos mecanismos e métodos de comunicação em contextos de crise. Principais resultados esperados • Estratégia de capacitação/formação às entidades. • Sessões de capacitação.						Principais entidades envolvidas			
						R		ANEPC	
						A			
						S		GNR, FFAA, ICNF, IPMA, Municípios	
						C			
						I			
F									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): Não aplicável à escala municipal									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) Elementos capacitados					N.º		Até 10		
2) Entidades capacitadas					N.º		A definir		
Gestão de risco do projeto Ameaças: a) Rotatividade de elementos Autárquicos, devido aos atos eleitorais autárquicos em 2025 e elementos do Quadro de Comando dos Corpos de Bombeiros; b) Falta de financiamento para dinamizar as sessões de formação.									



Risco Total: 9 – Moderado (S3, P3).											
Resolução Geral: Promover ações de treino operacional e colaborativo a fim de doutrinar a melhor comunicação por parte dos elementos a capacitar em contexto de emergência.											
Observações											
<u>Nota:</u> Ficha elaborada com base nos contributos enviados pela ANEPC.											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Ações de Formação – Media Training								OE; outras fontes de financiamento			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
1) Comandante do Corpo de Bombeiros						A definir			A definir		
2) 2.º Comandante do Corpo de Bombeiros						A definir			A definir		
3) Adjuntos de Comando do Corpo de Bombeiros						A definir			A definir		
4) Presidente da Câmara						A definir			A definir		
5) Vice-Presidente da Câmara						A definir			A definir		
6) Vereador da Câmara com o Pelouro da Proteção Civil						A definir			A definir		
7) Coordenador Municipal de Proteção Civil						A definir			A definir		
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa											
De acordo com o risco do projeto.											



FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO	3.2.1.4
Projeto não declinado O levantamento dos órgãos de comunicação social é feito à escala regional, anualmente. Esta informação serve de orientação à estruturação de formações nacionais e/ou regionais, não tendo por isso aplicabilidade à escala do PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos da AGIF.	

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO							3.2.2.1		
Objetivos • Aumento da educação da população mais jovem para os perigos de incêndio e adoção de comportamentos responsáveis; • Aumento da integração de boas práticas no seu quotidiano e educação aos adultos/família/comunidade; • Enriquecimento e coesão do plano nacional de educação incluindo os temas do risco do fogo. Principais resultados esperados • Sensibilização e capacitação da comunidade escolar e população estudantil para iniciativas de educação ambiental, ações de redução de risco de incêndio rural e ações de proteção da floresta e defesa contra incêndios rurais.						Principais entidades envolvidas			
						R	DGEST, Município		
						A			
						S	Município, DGEST, ICNF, GNR, ANEPC, IPMA, Ciência Viva, AGIF		
						C	Agrupamentos de Escolas		
						I	AGIF, CIM		
						F			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir + 3.000,00€									
Indicadores						Unidade	Meta		
1) Escolas/Agrupamentos de escolas que desenvolvem iniciativas/projetos em torno das boas práticas nas áreas da prevenção de incêndios, proteção e valorização da floresta e espaços rurais.						%	100		
Gestão de risco do projeto									
Ameaças: Ausência de linhas de financiamento e orçamento por iniciativa;									



Risco Total: Alto (risco relacionado com a ausência de financiamento para execução do projeto).											
Resolução Geral: Reforço de financiamento e orçamento por iniciativa.											
Observações Solicitados os contributos à DGEST, a entidade informa, em email enviado no dia 29/10/2024, que aguarda orientações para o desenvolvimento do programa em assunto, pelo que, nesta data, não detemos informação útil disponível.											
Iniciativa n.º 1									Fonte Financiamento		
Heróis da Proteção Civil - Ações de sensibilização à comunidade escolar									OM e a aguardar outras formas de financiamento		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■					■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
1) Instalações						Escolas do Concelho			N/A		
2) Material pedagógico						Município			A definir		
3) Panfletos						Município			1.500,00€		
4) Recursos humanos						Município			A definir		
5) Equipamento Multimédia						Município			A definir		
									Total (€)		A definir + 1.500,00€
Gestão de risco da iniciativa Ameaças: A esta data não se identificam ameaças; Risco Total: Baixo. Resolução Geral: Não se aplica.											
Observações Destinado aos alunos do Pré-escolar e 1.º ciclo. Nestas ações são abordados temas como Incêndios Florestais, Segurança na Rua e Fenómenos Naturais entre outros.											
Iniciativa n.º 2									Fonte Financiamento		



Importância do Cidadão na Proteção Civil - Ações de sensibilização à comunidade escolar										OM e a aguardar outras formas de financiamento		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■					■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]			
1) Instalações						Escolas do Concelho			N/A			
2) Material pedagógico						Município			A definir			
3) Panfletos						Município			1.500,00€			
4) Recursos humanos						Município			A definir			
5) Equipamento Multimédia						Município			A definir			
									Total (€)		A definir + 1.500,00€	
Gestão de risco da iniciativa												
Ameaças: A esta data não se identificam ameaças;												
Risco Total: Baixo.												
Resolução Geral: Não se aplica.												
Observações												
Destinado aos alunos do 2.º e 3.º ciclos.												
Até ao fecho deste PME não foi possível aferir o orçamento para o material pedagógico a entregar, uma vez que esta ação ainda está em fase de inscrições por parte das escolas.												
Iniciativa n.º 3									Fonte Financiamento			
Percurso de Interpretação Ambiental – Sítio da Ribeira de Quarteira									OM e a aguardar outras formas de financiamento			
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■						■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]			
1) Saídas de campo						Município			A definir			
2) Transporte						Município			A definir			
3) Técnicos de acompanhamento						Município			A definir			



Total (€)												A definir	
Gestão de risco da iniciativa													
Ameaças: A esta data não se identificam ameaças;													
Risco Total: Baixo.													
Resolução Geral: Não se aplica.													
Observações													
Destinado aos alunos do 2.º e 3.º ciclos.													
Até ao fecho deste PME não foi possível aferir o orçamento para esta iniciativa, uma vez que esta ação ainda está em fase de inscrições por parte das escolas.													
Iniciativa n.º 4												Fonte Financiamento	
Workshop de construção de caixas-ninho												OM e a aguardar outras formas de financiamento	
Calendarização													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
■	■	■	■						■	■	■		
Recursos													
Identificação do recurso						Origem do recurso				Custo (€)			
1) Elaboração de caixas-ninho						Município				A definir			
2) Instalações						Escolas				A definir			
3) Técnicos de acompanhamento						Município				A definir			
Total (€)												A definir	
Gestão de risco da iniciativa													
Ameaças: A esta data não se identificam ameaças;													
Risco Total: Baixo.													
Resolução Geral: Não se aplica.													
Observações													
Destinado aos alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos. Esta atividade tem como objetivo sensibilizar para a importância das caixas-ninho, para a importância da preservação dos ecossistemas e educar e sensibilizar para a importância biológica que as aves desempenham no equilíbrio dos ecossistemas.													
Até ao fecho deste PME não foi possível aferir o orçamento para esta iniciativa, uma vez que esta ação ainda está em fase de inscrições por parte das escolas.													



IV.4 – GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE



SISTEMAS DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADES COM CAPACIDADE DE DECISÃO							4.1.1.2														
Projeto não declinado. O projeto é de integração direta da escala regional, tal como indicado pelo PNA nos seus objetivos, pelo que as informações apuradas e inscritas em PRA, não tendo assim aplicabilidade em sede de PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos do IPMA.																					
CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DOS FOGOS RURAIS (SGIFR)							4.1.2.1														
Objetivos - Assegurar o funcionamento da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de forma a assegurar coordenação entre as diferentes entidades no âmbito do SGIFR, com foco ao nível municipal, para garantir a execução do PME. Principais resultados esperados - Implementação do SGIFR através de uma articulação eficiente entre as diversas entidades.						Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>ICNF, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da CMGIFR</td></tr><tr><td>C</td><td>CIM, OPF`s</td></tr><tr><td>I</td><td>AGIF; CIM</td></tr><tr><td>F</td><td>Comissão Sub-Regional GIFR</td></tr></table>				R	Município	A	Comissão MUNICIPAL GIFR	S	ICNF, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da CMGIFR	C	CIM, OPF`s	I	AGIF; CIM	F	Comissão Sub-Regional GIFR
R	Município																				
A	Comissão MUNICIPAL GIFR																				
S	ICNF, GNR, PSP, BB, entidades integrantes da CMGIFR																				
C	CIM, OPF`s																				
I	AGIF; CIM																				
F	Comissão Sub-Regional GIFR																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): Não aplicável																					
Indicadores					Unidade		Meta														
1) CMGIFR em funcionamento					N.º		Anual: 1														
2) N.º de Reuniões da CMGIFR					N.º		Até 4														
Gestão de risco do projeto Ameaças: A esta data não se identificam ameaças Risco Total: Baixo Resolução Geral: Não se aplica																					



Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Funcionamento da Comissão Municipal GIFR (CMGIFR)								Fundo Florestal Permanente			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■			■			■			■	
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Instalações						Município		Não Aplicável			
2) Representantes das entidades na CMGIFR						Entidades GIFR		Não Aplicável			
3) Técnico do Gabinete Técnico Florestal						Município		Não Aplicável			
4) Apoio administrativo						Município		Não Aplicável			
5) Comunicações						Município		Não Aplicável			
Total (€)								Não aplicável			
Gestão de risco da iniciativa											
De acordo com o do projeto.											
Observações											
A CMGIFR de Albufeira foi constituída a 14 de janeiro de 2022, tendo sido a primeira na região.											

PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA	4.1.2.2
Projeto não declinado. O relatório do estudo de dimensionamento do sistema é elaborado ao nível nacional e será dado conhecimento às entidades regionais, sub-regionais e municipais. O projeto declinou para a região numa lógica de garantir a auscultação das Entidades Intermunicipais no estudo de dimensionamento do sistema e se as necessidades apontadas pelos municípios estão a ser satisfeitas, em momento de monitorização. O resultado do estudo não incorre em encargos nem iniciativas para a escala municipal, tendo os municípios apenas o dever de reporte do seu número de meios e necessidades aquando do momento de realização deste estudo, e a AGIF de providenciar dados desagregáveis à escala municipal após a avaliação de necessidades. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos da AGIF.	



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO							4.1.2.3				
Objetivos • Criar o Programa Municipal de Execução (PME) no âmbito do Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR) a nível municipal. Principais resultados esperados • Maior alinhamento e uniformidade de execução entre as entidades, ajustando o PME à realidade, possibilitando maior facilidade na gestão e reduzindo o risco associado.						Principais entidades envolvidas					
						R	Município				
						A	Comissão Municipal GIFR				
						S	Entidades da CMGIFR				
						C	Todas as entidades da Comissão Regional				
						I					
F	Comissão Regional GIFR										
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 0.000.000,00 €											
Indicadores						Unidade	Meta				
1) Execução do programa municipal de execução						%	100				
2) Monitorização da execução do PME						%	100				
Gestão de risco do projeto											
Ameaças: Falta de informação por parte de entidades externas e serviços internos. Falta de financiamentos para os Municípios.											
Risco Total: Moderado											
Resolução Geral: Criação de linha de financiamento próprio.											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
Elaboração do Programa Municipal de Execução 2026							OM, a aguardar outras fontes de financiamento				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■	■	■	■							
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Reuniões com serviços internos						Entidades GIFR		Não Aplicável			
2) Reuniões com entidades externas						Município		Não Aplicável			
3) Apoio administrativo						Município		Não Aplicável			
4) Material de desgaste						Município		Não Aplicável			
						Total (€)		Não aplicável			



Gestão de risco da iniciativa De acordo com o do projeto.											
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			
Monitorização do Programa Municipal de Execução 2025								OM, Fundo Florestal Permanente			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1) Equipa Operacional						Município		A definir			
2) Informação enviada pelas Entidades externas						Entidades SGIFR		Não Aplicável			
3) Compilação da informação						Município		Não Aplicável			
4) Técnico Gabinete Técnico Florestal						Município		Não Aplicável			
5) Apoio administrativo						Município		Não Aplicável			
Total (€)								A definir			
Gestão de risco da iniciativa De acordo com o do projeto.											

NORMAS TÉCNICAS E DIRETIVAS OPERACIONAIS	4.1.2.4
Projeto não declinado Pretende-se com este projeto garantir a uniformização da execução do planeamento por parte das entidades do SGIFR, reduzindo diferenças de implementação e assegurando uma coesão da segurança do território. Desta forma, a intervenção à escala municipal é somente monitorizar (sem atuação), verificando a sua implementação e reportando qualquer desfasamento de resposta às necessidades do território à escala territorial superior (Regional). Não se pressupõe assim qualquer encargo, recurso ou esforço para este projeto na escala municipal. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos da AGIF.	



ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL	4.1.3.1
Projeto não declinado O projeto visa garantir a harmonização do planeamento e controlo financeiro para cada nível de planeamento, através da visão integrada do plano de ação. Trata-se de um procedimento de natureza interna de coordenação da parte da AGIF pelo que a sua incidência no planeamento regional, sub-regional e municipal é meramente indicativa e neste sentido o projeto não se aplica em PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos da AGIF.	
SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	4.2.2.1
Projeto não declinado A capacidade de avaliação de equipas não se encontra, de momento, implementada no Sistema de forma ativa, à exceção do cruzamento dos indicadores previstos com os resultados da monitorização/ avaliação obtidos em cada entidade. A identificação de boas práticas e debilidades do sistema, de forma a difundi-las ou a introduzir necessidades/oportunidades de melhoria bem como o desenvolvimento e implementação de medidas corretivas, é feita à escala regional, pelo que o projeto não se aplica em PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos da AGIF.	
SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS	4.2.2.3
Projeto não declinado A nível regional as entidades que integram a SGIFR são beneficiárias, pelo que não têm um papel ativo na conceção e instalação da capacidade de lições aprendidas, mas apenas de registo de observações, consulta das Lições Aprendidas e promoção da utilização da capacidade. A AGIF, em conjunto com as entidades em Comissão Regional, garante a monitorização do projeto, pelo que não se aplica em PME. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos da AGIF.	



IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO ORGANIZATIVO DE MODO FASEADO	4.3.1.1
Projeto terminado. Os projetos-piloto foram criados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março, tendo já sido entregue o relatório final referente aos mesmos, esgotando-se assim no tempo o conceito de áreas piloto experimentais. Este projeto, entre 2021 e 2024, não teve incidência no território do município de Albufeira. <u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos da AGIF.	

CENTRO IBÉRICO DE INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS RURAIS	4.3.1.5
Projeto não declinado O projeto é de integração direta da escala regional, tal como indicado pelo PNA nos seus objetivos, pelo que as informações apuradas e inscritas em PRA, não tendo assim aplicabilidade em sede de PME. <u>Nota:</u> Para a elaboração desta ficha não foram enviados contributos por parte a entidade responsável.	

GESTÃO DA SUPRESSÃO					4.3.2.3				
Objetivos • Otimização dos meios face às necessidades. Principais resultados esperados • Identificar necessidades, definir critérios de priorização e monitorização necessidades, disponibilidades e indicadores de performance.					Principais entidades envolvidas				
					R ICNF, ANEPC, AGIF, GNR, FFAA				
					A Comissão Municipal				
					S Freguesias, OPF, CB				
					C				
					I				
F Comissão Regional GIFR									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): A definir + 1.467.150,00 €									
Indicadores					Unidade		Meta		

1) Aquisições feitas das identificadas como necessárias	%	50%									
2) Área ardida	ha	A definir									
Gestão de risco do projeto											
Ameaças:											
a) Falta de financiamento para aquisição de veículos por parte do Município.											
b) Falta de disponibilidade de entrega de veículo(s) por parte dos fornecedores.											
Risco Total: 16 – Alto – (S4, P4)											
Resolução Geral: Procura de fontes de financiamento em fundos europeus e efetuar em concertação a nível da CIM para aquisição dos veículos											
Observações											
Valores unitários indicados atualizados em função da inflação e atuais custos de mercado em 2024, face ao anteriormente reportado no PRA (2022).											
Os restantes indicadores presentes ao nível do PRA são apurados em sede regional.											
<u>Nota:</u> Ficha elaborada de acordo com os contributos da ANEPC.											
Iniciativa n.º 1		Fonte Financiamento									
Investir na aquisição, substituição e modernização dos recursos		OM; Portugal2030 / ALGARVE-2024-56; a aguardar outras fontes de financiamento									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		■			■			■			■
Recursos											
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo [€]								
1) Veículo Florestal de Combate a Incêndios (VFCI)		A definir	250.000,00 €								
2) Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios (VLCI)		A definir	80.000,00 €								
3) Veículos de Apoio Logístico (VTTF)		A definir	250.000,00 €								
4) Veículo de Apoio Logístico Específico (VALE)		A definir	230.000,00 €								
5) Veículos de Comando Tático (VCOT)		A definir	52.150,00 €								
6) Máquina Rasto D5		A definir	250.000,00 €								
7) Retroescavadora		A definir	100.000,00 €								
8) Trator + Porta Máquinas		A definir	200.000,00 €								
9) Veículo 4x4 de Apoio (tanque para combustíveis, óleos, balizamento)		A definir	55.000,00 €								
Total (€)		1.467.150,00 €									



Gestão de risco da iniciativa De acordo com gestão de risco do projeto											
Observações <u>Nota:</u> Iniciativa elaborada com base nos contributos da ANEPC.											
Iniciativa n.º 2							Fonte Financiamento				
Necessidades de recursos humanos envolvidos na supressão							OM; ANEPC; e outras fontes de financiamento				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso							Origem do recurso		Custo [€]		
1) Apoio DECIR 2025							Município		A definir		
2) Apoio Alimentação DECIR 2025							Município		A definir		
3) Apoio às 3 EIP's							Município		A definir		
4) Apoio resultante do protocolo entre o Município e o CBV							Município		A definir		
							Total (€)		A definir		
Gestão de risco da iniciativa De acordo com gestão de risco do projeto											
Observações a) O Apoio DECIR 2025 será definido mediante protocolo a elaborar entre as entidades promotoras do protocolo. b) O apoio à alimentação DECIR é feito mediante orçamento à entidade prestadora do serviço. c) Até ao fecho deste PME não foi possível aferir o valor de custo desta iniciativa, uma vez que o orçamento municipal para 2025 ainda não está totalmente definido.											
Iniciativa n.º 3							Fonte Financiamento				
Investimento na formação							A definir				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		■			■			■			■
Recursos											



Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1) Aquisição de serviços de formação	Corpo de Bombeiros Voluntários	A definir
2) Aquisição de material de formação	Corpo de Bombeiros Voluntários	A definir
Total (€)		A definir
Gestão de risco da iniciativa		
De acordo com gestão de risco do projeto		
Observações		
De acordo com os contributos enviados pela ANEPC, os valores unitários indicados atualizados em função da inflação e atuais custos de mercado em 2024, face ao anteriormente reportado no PRA (2022). Os restantes indicadores presentes ao nível do PRA são apurados em sede regional.		

IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA AS ENTIDADES DO SGIFR	4.4.1.3
Projeto não declinado	
Este projeto está orientado exclusivamente para a formação no âmbito do Plano Nacional de Qualificação. Tendo por base o universo potencial de formandos, formação é organizada numa lógica Nacional e Regional, os municípios serão apenas beneficiários, pelo que este projeto, neste momento, não declina para PME.	
<u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos da AGIF.	

PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DE PERITOS INTERNACIONAIS	4.4.2.1
Projeto não declinado	
Este projeto está orientado para a colaboração entre regiões, devendo, portanto, as ações transfronteiriças de âmbito exclusivamente municipal ser comunicadas e agregadas em sede de PRA, não tendo por isso aplicabilidade em sede de PME.	
<u>Nota:</u> Ficha elaborada com os contributos da AGIF.	



V – ANEXOS

V.1 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE RISCO

Avaliação de risco dos Projetos:

Resultam num grau de risco, da média aritmética dos riscos de cada iniciativa. Caso existam riscos inerentes ao projeto que não têm cabimento em iniciativas individuais, deverão ser identificados individualmente e também adicionados ao grau de risco total.

Deve sumariar os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos, destacando também se as principais ameaças são externas ou internas.

Avaliação de risco das Iniciativas:

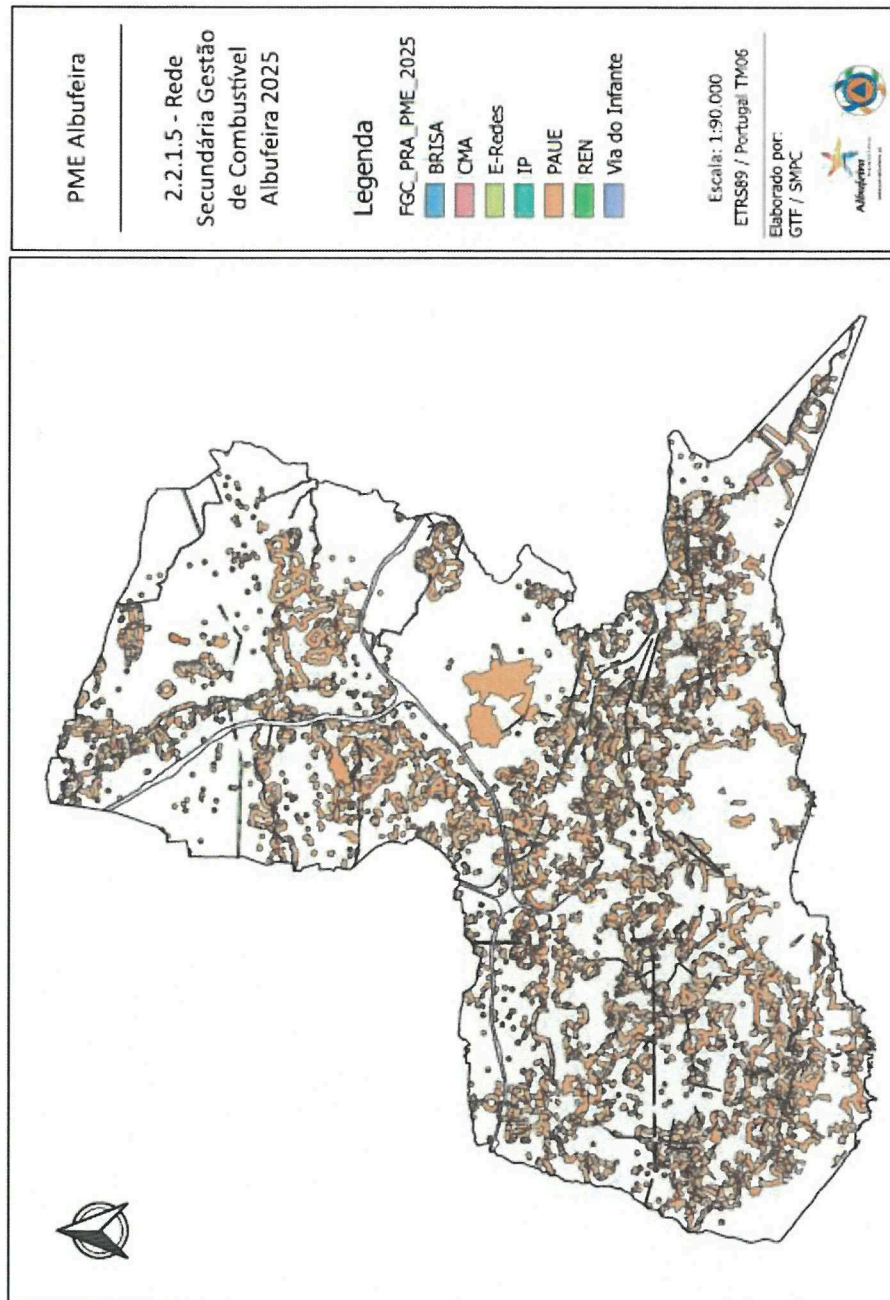
Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;
- Analisar o risco;
- Avaliar e classificar o risco (através da tabela);
- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), como transferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).

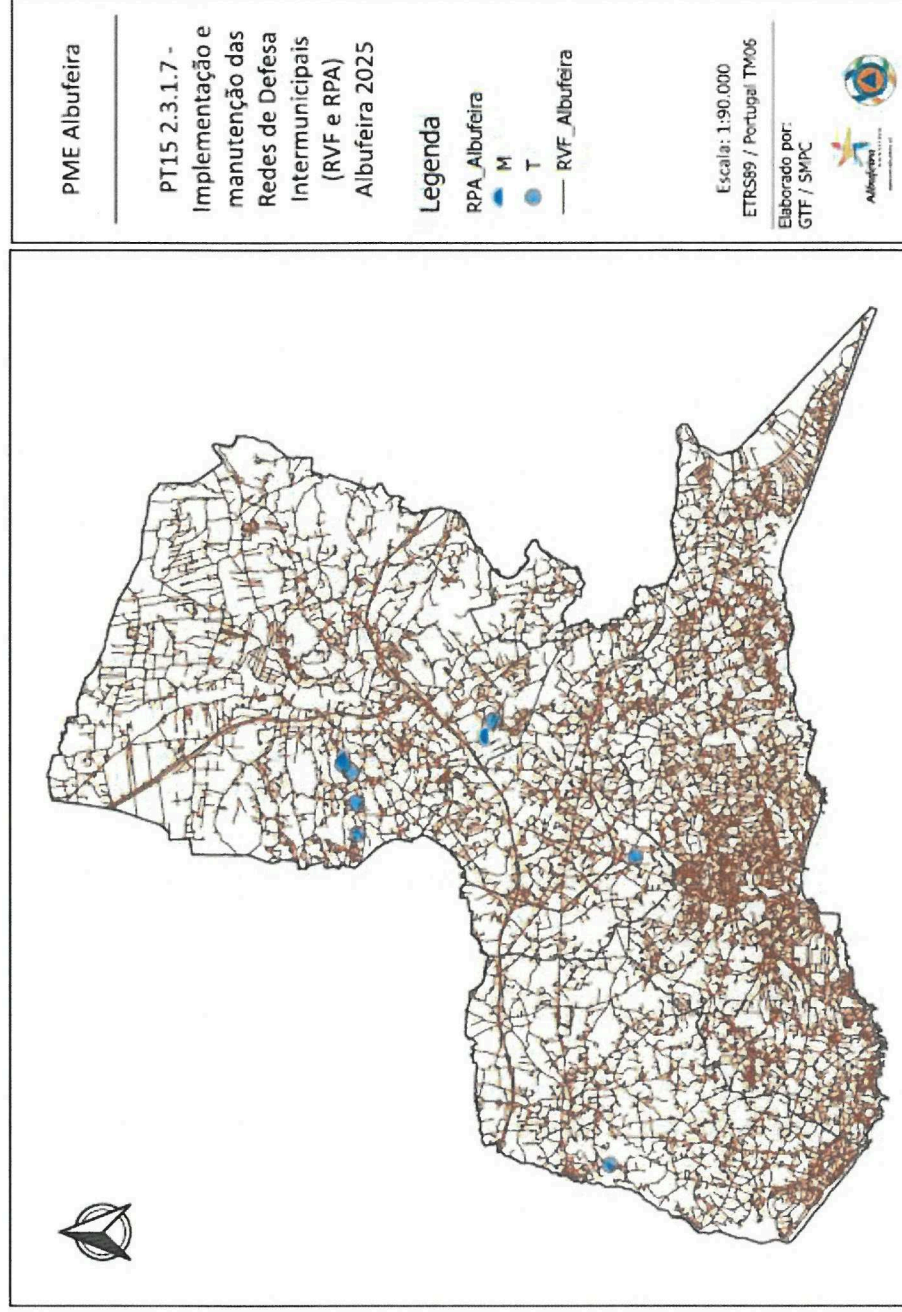
Severidade Probabilidade	Negligenciável (1)	Baixa (2)	Média (3)	Grave (4)	Catastrófica (5)
Quase certa (5)	Moderado 5	Elevado 10	Alto 15	Alto 20	Extremo 25
Alta (4)	Baixo 4	Moderado 8	Elevado 12	Alto 16	Alto 20
Média (3)	Baixo 3	Moderado 6	Moderado 9	Elevado 12	Alto 18
Baixa (2)	Baixo 2	Baixo 4	Moderado 6	Moderado 8	Elevado 10
Rara (1)	Baixo 1	Baixo 2	Baixo 3	Baixo 4	Moderado 5

V.2 – CARTOGRAFIA DE DETALHE

Cartografia 2.2.1.5 – Rede Secundária de Gestão de Combustível de Albufeira - 2025



Cartografia PT15 2.3.1.7 – Implementação e manutenção das Redes de Defesa Intermunicipais (RVF e RPA) de Albufeira - 2025



V.3 – GLOSS RIO

Atribuição de responsabilidades

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do PRA/PSA é efetuada com a instituição de um modelo RASCIFAa de acordo com a codificação abaixo.

EC	Entidade Coordenadora Entidade que coordena e promove a concretização do processo.
R	Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.
A	Autoriza A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
S	Suporta As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.
C	Consultado As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
I	Informado As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
F	Fiscaliza A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.
Aa	Avalia e Articula A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia.

As siglas que não estejam especificadas neste Programa Municipal de Execução, deverão ser consultadas no Programa Regional de Ação, publicado no Aviso (extrato) n.º 26789/2024/2, de 29 de novembro.